



ATA N.º 08/2026

_____ Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezassete horas, reuniu o Órgão Executivo do Município de Alcanena, em conformidade com o deliberado na reunião de Câmara de vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, na qual foi aprovada a alteração do horário e da data de realização das segundas reuniões de Câmara de cada mês, sem definição de local fixo. _____

_____ Foi igualmente publicitado, através do Edital número 9101, datado de quinze de abril de dois mil e vinte e seis, que a presente reunião se realizaria no edifício da Junta de Freguesia de Bugalhos, sito na Rua 1 de Junho, n.º 35, 2380-220 Bugalhos. _____

_____ Encontravam-se presentes os seguintes membros: _____

PRESIDENTE: _____

- Rui Fernando Anastácio Henriques _____

VEREADORES PRESENTES: _____

- Samuel Marques Frazão _____

- Gabriel de Oliveira Feitor _____

- Maria Gorete Gonçalves Santos _____

- Nuno Miguel Costa Silva _____

- Tiago Filipe Salgueiro Ancião _____

FALTAS JUSTIFICADAS _____

- Maria Clara Moreira Duarte Baptista, por falecimento de familiar _____

ORDEM DE TRABALHOS _____

1 - PONTO PRÉVIO _____

_____ 1.1 - Relatório de Gestão Atividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco da Aquanena – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. Documento referência 8267. Processo referência 2026/900.20.200/3. (Para conhecimento) _____

_____ 1.2 - Prestação de Contas Individuais do Município de Alcanena do ano de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 9075. Processo referência 2026/900.20.200/3. (Para deliberação) _____

_____ 1.3 - Regularização da expropriação de 32.636 m² adicionais na parcela A, B e C da DUP da obra pública denominada “Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela”. Documento referência 9114. Processo referência 2026/300.10.003/1. (Para deliberação) _____



2 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1 - Abertura de Concurso Público APR 01/2026 - Aquisição de Serviços de Seguros. Documento referência 7197. Processo referência 2026/300.10.005/435. (Para deliberação)

2.2 - Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena – Ano dois mil e vinte e seis - Criação de vários postos de trabalho e ajustamentos ao Mapa. Documento referência 9103. Processo referência 2026/150.20.200/7. (Para deliberação)

2.1 - SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL

2.1.a - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de um de novembro de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 7903. Processo referência 2026/150.20.400/2. (Para conhecimento)

2.1.b - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período um de janeiro de dois mil e vinte e seis a trinta e um de março de dois mil e vinte e seis. Documento referência 8017. Processo referência 2026/150.20.400/3. (Para conhecimento)

2.1.c - Posição dos Cabimentos, Compromissos, Ordens de Pagamento e Pagamentos - Período de vinte e oito de março a dez de abril de dois mil e vinte e seis. Documento referência 8702. Processo referência 2026/300.50.400/1. (Para conhecimento)

2.1.d - Resumo Diário de Tesouraria do dia útil anterior à presente reunião. (Para conhecimento)

2.1.e - Segunda Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, e das Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte e seis. Documento referência 9280. Processo referência 2026/350.10.001/2. (Para deliberação)

3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

3.1 - Proposta de arrecadação de receita no âmbito do Serviço Público de Transporte de Passageiros Flexível (Transporte a Pedido) no Concelho de Alcanena. Documento referência 8288. Processo referência 2026/350.30.001/168. (Para deliberação)

4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO

4.1 - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de



Alcanena e Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila Moreira – Relatório de Ponderação do Período de Discussão e Versões Finais. Documento referência 8464. Processo referência 2025/150.10.400/1. (Para deliberação) _____

_____ 4.2 - Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Bugalhos, Moitas Venda, Monsanto e Serra de Santo António. Documento referência 8873. Processo referência 2026/150.10.400/2. (Para deliberação) _____

5 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS _____

_____ 5.1 - Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da Obra (PSSO) - Emp_DPGOM_2025_16_ Eficiência Energética da Piscina de Alcanena. Documento referência 8657. Processo referência 2025/300.10.001/17. (Para deliberação) _____

_____ 5.2 - Trabalhos a Menos da Empreitada_ DPGOM_2023_5_Reconversão do antigo posto da GNR a Edifício de Habitação. Documento referência 8729. Processo referência 2023/300.10.001/15. (Para deliberação) _____

_____ 5.3 - Quarteirão Vila Moreira- Plano de Sinalização com Ocupação Temporária da Via Pública, no âmbito da Emp_DPGOM_2024_31 – Reabilitação de Edifícios Habitacionais denominados de Prédio mais Antigo, Casa Ladeiras, Casa Filhós, Edifício Estaminé, Casa Paraíso, Casas da Parreira e Quarteirão de Vila Moreira. Documento referência 8641. Processo referência 2024/300.10.001/88. (Para ratificação) _____

_____ 5.4 - Trabalhos a menos e Liberação de Caução Emp_DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros. Documento referência 7622. Processo referência 2024/300.10.001/65. (Para deliberação) _____

_____ 5.5 - Suspensão dos trabalhos Emp_DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros. Documento referência 8165. Processo referência 2024/300.10.001/65. (Para conhecimento) _____

_____ 5.6 - Trabalhos Complementares 3 Emp_DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros. Documento referência 7645. Processo referência 2024/300.10.001/65. (Para deliberação) _____

_____ - Minuta do Contrato. Documento referência 9369. Processo referência 2026/400.30.001/36. (Para deliberação) _____



6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

6.1 - Renovação de Exposição - Pedido de Autorização para encerramento temporário do Museu da Boneca. Documento referência 8219. Processo referência 2026/100.10.600/6. (Para deliberação)

6.2 - Proposta de incorporação de cinco Livros ao Centro de Documentação do Museu Municipal. Documento referência 8704. Processo referência 2026/300.10.004/5. (Para deliberação)

6.3 - Abertura de Candidaturas Programa 2. Documento referência 8820. Processo referência 2026/850.10.003/21. (Para deliberação)

6.4 - Normas de funcionamento das unidades de street food nos Olhos de Água. Documento referência 9042. Processo referência 2026/100.10.600/8. (Para deliberação)

7 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

7.1 - Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena – Ano de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 2354. Processo referência 2026/550.20.500/7. (Para conhecimento)

7.2 - Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena – Mês de março. Documento referência 8671. Processo referência 2026/550.20.500/7. (Para conhecimento)

7.3 - Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança. Documento referência 9095. Processo referência 2025/100.10.600/25

8 - SERVIÇO VETERINÁRIO MUNICIPAL

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Antes de se dar início aos trabalhos da presente da reunião, usou da palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bugalhos, Luís Teteto**, dando as boas-vindas a todos os presentes e desejando uma boa reunião a todos.

Antes de dar a palavra ao público presente, o Senhor Presidente da Câmara propôs que se antecipasse o ponto 7.3 da Ordem de Trabalhos.

A antecipação do ponto foi aprovada por unanimidade.

7.3 - Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança. Documento referência 9095. Processo referência 2025/100.10.600/25

Tomaram posse, perante a Câmara Municipal, conforme disposto no artigo nono, do Decreto-Lei número trinta e dois/dois mil e dezanove, de quatro de março, enquanto Membros do Conselho Municipal de Segurança, os membros que se



encontravam presentes, tendo os mesmos sido empossados pelo Senhor Presidente de Câmara e lavrada Ata da respetiva Tomada de Posse. _____

_____ Tomaram posse os seguintes cidadãos: _____

_____ - Rui Fernando Anastácio Henriques, Presidente da Câmara Municipal; _____

_____ - Gabriel de Oliveira Feitor, Vereador Responsável pelo Acompanhamento das questões de Segurança; _____

_____ - Luís Filipe Mina Teteto, Presidente da Junta de Freguesia de Bugalhos; _____

_____ - João Carlos Santos Castanheira, Presidente da Junta de Freguesia de Minde; _____

_____ - Marisa Gonçalves da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Moitas Venda; _____

_____ - Andreia Paixão Graça, Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto; _____

_____ - Eurico Frazão Justo, Presidente da Junta de Freguesia de Serra de Santo António; _____

_____ - Fernando Manuel Ferreira, Presidente da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro; _____

_____ - Luís Gomes, Comandante do Posto Territorial de Alcanena da Guarda Nacional Republicana; _____

_____ - Paulo Jorge Montês Silva, Comandante dos Bombeiros Municipais de Alcanena; _____

_____ - Isabel Cristina Ferreira Carvalho, representante do Conselho Local de Ação Social; _____

_____ - Luís Miguel Martins Cândido, representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação de Alcanena; _____

_____ - Tiago Gabriel Cardoso Baiona Borrvalho, representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 2 3 de Minde; _____

_____ - Nelson Marques, representante da Associação de Pais da Escola de Covão do Coelho; _____

_____ - Inês do Carmo Taveira Sousa, representante da ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, responsável da área do Município por organizações no âmbito da Segurança Rodoviária. _____

_____ Os membros que não estiveram presentes no ato de Tomada de Posse serão convocados para a reunião de Câmara seguinte, a fim de procederem à respetiva tomada de posse, repetindo-se este procedimento nas reuniões subsequentes, até que todos tenham tomado posse. _____



_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança presentes. _____

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO** _____

_____ Verificada a presença do público, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. _____

_____ Solicitou da palavra o **Senhor Tiago Borralho**, Presidente da Associação Pais e Encarregados de Educação das Escolas Básicas do Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos de Minde, questionando acerca do ponto de situação do processo de requalificação da Escola Básica dos Segundo e Terceiro Ciclos de Minde, salientando que esse era um assunto que preocupava os pais e encarregados de educação de Minde, indagando também quais eram as perspetivas de se chegar a um acordo. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** começou por afirmar que aquela era também uma preocupação sua, da vereadora do pelouro da Educação e de todos os vereadores ali presentes. Referiu que, à semelhança da Escola de Alcanena, a Escola de Minde tinha problemas sérios, precisando, a seu ver, de intervenções urgentes, ainda que a mesma, ainda no tempo do governo de António Costa, não tenha sido elencada como prioritária. Recordou, a propósito, que, aquando da inauguração da Escola do Primeiro Ciclo de Minde, o então Secretário de Estado da Educação lhe tinha dito que era o Governo que decidia quais as escolas que deveriam ser priorizadas, ao contrário do que constava do Acordo com a Associação Nacional de Municípios, que previa que os municípios pudessem sinalizar outras escolas, além das que figuravam nesse Acordo, onde apenas constava a Escola Secundária de Alcanena, cujo projeto de investimento inicial era de cerca de dois milhões de euros, muito abaixo dos sete milhões de euros que se estavam ali a investir, tendo-se verificado a necessidade de reformular todo o projeto. _____

_____ Prosseguiu o **Senhor Presidente da Câmara**, afirmando que a Escola dos Segundo e Terceiro Ciclos de Minde havia sido sinalizada pelo atual executivo, desde a primeira hora, ainda no tempo do anterior governo, tendo, após várias diligências, inclusive junto do então Secretário de Estado da Educação, conseguido que a escola fosse considerada, após várias insistências suas junto da Senhora Presidente da CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, ainda que a mesma não tivesse sido classificada em termos de prioridade. Ainda assim, fora elaborado o respetivo projeto de execução, no qual se investiram cerca de setenta ou oitenta mil euros, tendo ainda sido submetida candidatura ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, tendo o projeto sido aprovado, mas sujeito a disponibilidade orçamental. Claro que o dinheiro disponível



não chegara, não tendo, à data, chegado sequer para as escolas com prioridade três. Não obstante, referiu continuar a lutar por aquele projeto, tendo já conversado sobre o assunto, mais do que uma vez, com o Senhor Ministro da Educação e também com o Senhor Secretário de Estado do Planeamento, com o qual chegara a ter uma alteração no início do ano. De momento, estava, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, a tentar criar um movimento relativo às setenta escolas que não foram classificadas, para que as mesmas fossem, pelo menos, classificadas em termos de prioridade, o que não se verificara no anterior Governo. _____

_____ Acrescentou que o Aviso que vinha substituir o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência não chegava sequer para metade das necessidades, defendendo que deveriam ser priorizadas as escolas que tinham maturidade e as câmaras que haviam feito o seu trabalho. No entanto, não era isso que se verificava, pois, como era habitual no país, quem fazia o seu trabalho, era penalizado por fazê-lo, sendo sempre beneficiados os “maus alunos”. O projeto tinha sido feito a toda a velocidade, tinha sido lançado o concurso, tinham uma ótima maturidade, mas não tinham conseguido que houvesse desbloqueio de verbas, já com o atual Governo. De momento, era aquele o ponto de situação, referindo já ter tido mais esperança de que conseguissem o financiamento para aquela escola. Era óbvio que o financiamento iria surgir, mas não sabia dizer quando. Acrescentou que a Associação Nacional de Municípios estava sensibilizada para aquela questão, como, aliás, sempre estivera, mas a reunião com o Governo não tinha corrido bem. A seu ver, as setenta escolas que não tinham sido classificadas em termos de prioridade haviam ficado de fora por razões meramente políticas, pelo que se pedia ao Governo que procedesse à respetiva classificação desses estabelecimentos de ensino, para que ele e os outros Presidentes de Câmara, que estavam indignados com aquela situação, pudessem argumentar. _____

_____ **O Senhor Tiago Borralho** afirmou perceber o raciocínio subjacente. Sabia que o levantamento das intervenções necessárias já havia sido efetuado e inclusive apresentado em Conselho Municipal de Educação, sendo as mesmas evidentes e prementes. Nesse sentido, deixava um apelo ao Executivo para que desenvolvesse os contactos e as abordagens que considerassem necessários para se chegar a bom porto e conseguir reabilitar aquela escola. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** perguntou se o Senhor Tiago Borralho percebera o que ele havia dito, tendo o mesmo respondido que sim. _____



_____ **O Senhor Presidente da Câmara** retorquiu que o Senhor Tiago Borrhalho estava a apelar a uma coisa que ele já fizera, pedindo que apelasse antes a coisas que ainda não tivessem sido feitas. Se tivesse alguma carta na manga, agradecia, pois gostava de ser ajudado pelo bem comum. Concluiu, afirmando que, relativamente àquele assunto, estavam “na guerra”. _____

_____ **Seguidamente, o Senhor Presidente questionou os Senhores Vereadores presentes se tinham alguma questão, comentário ou sugestão a colocar no Período Antes da Ordem do Dia.** _____

_____ Usou da palavra o **Senhor Vereador Samuel Frazão**, que começou por cumprimentar todos os presentes, desejando a todos os membros do Conselho Municipal de Segurança um bom mandato, realçando ser sempre bom ver o seu trabalho em prol da sociedade. _____

_____ De seguida, aludiu à pavimentação da estrada nacional, que dava acesso à base do Intermarché, um assunto que já não era novo e que sabia estar em estudo pelo atual executivo e também já anteriormente. Referiu tratar-se de uma situação antiga, estando certo de que se estava a tentar avançar o mais rápido possível, existindo a expectativa de que se pudesse avançar no ano de dois mil e vinte e seis. Estando na freguesia de Bugalhos, achou que deveria ali abordá-lo, questionando se a requalificação estava prevista a médio prazo. _____

_____ Continuou o **Senhor Vereador Samuel Frazão**, fazendo referência ao apoio às freguesias, delegadas no âmbito dos incêndios rurais. Mencionou a recém-publicada Portaria cento e quarenta e dois/dois mil e vinte e seis, de seis de abril de dois mil e vinte e seis, que estabelecia um apoio de trinta mil euros para produtores pecuários e agrícolas, pensando que a comunicação da mesma já deveria ter sido feita nas respetivas Comissões. No entanto, por se tratar de uma Portaria recente, e sendo particularmente interessante para as freguesias de Minde, Monsanto, Moitas Venda e Serra de Santo António, gostaria de sensibilizar no sentido de o Município lhes prestar algum apoio na submissão das candidaturas, uma vez que se tratavam de pessoas que, em termos de literacia, poderiam ter um pouco mais de dificuldades, sugerindo que, juntamente com as Juntas de Freguesia, se fizesse o levantamento e defendendo tratar-se de um apoio importante, não só em termos de prevenção, mas também para potenciar boas práticas no setor primário do concelho. _____

_____ O terceiro assunto que gostaria de expor, relacionava-se com um assunto levado à última reunião de Câmara para conhecimento, tendo tido conhecimento, pelas redes sociais, da decisão, entretanto tomada, relativamente à qual não se iria pronunciar. A questão que os preocupava relacionava-se com o facto de ter sido dito,



na reunião de Câmara, que já existia financiamento. Após terem recebido informação sobre o projeto, via email (a qual agradeciam, desde logo), e existindo outras empresas que haviam sido consultadas, gostaria de saber se as mesmas tinham interesse, face ao cancelamento por parte do candidato ordenado em primeiro lugar no concurso. Gostaria, pois, de saber se o concurso se manteria, se as outras entidades consultadas iriam continuar e, existindo financiamento, que o mesmo fosse potenciado. _____

_____ Por último, e em nome dos vereadores da bancada do Partido Socialista, o **Senhor Vereador Samuel Frazão** expressou os sentimentos à Vereadora Clara Baptista. _____

_____ Passando a responder às questões colocadas, o **Senhor Presidente da Câmara** solicitou a colaboração do Vereador Gabriel Feitor, relativamente à estrada de Bugalhos, para que efetuasse o ponto de situação. _____

_____ O **Senhor Vereador Gabriel Feitor** começou por afirmar que o assunto já tinha sido abordado numa reunião de câmara anterior. Tendo em conta o estudo da rede viária do concelho, efetuado no anterior mandato, as prioridades definidas no mesmo e também a capacidade do Município, para o ano de dois mil e vinte e seis existia o compromisso de requalificação de duas vias, nomeadamente da Estrada Municipal 513-2, que fazia a ligação da Estrada Municipal de Bugalhos com a Nacional Três, estando a ser envidados todos os esforços no sentido de o concurso ser lançado mais cedo do que seria previsível, ainda durante o próximo mês de maio, mas sem avançar com datas concretas, e também o Caminho Municipal 1281, que ligava Covão do Coelho a Vale de Barreiras e que estava num estado absolutamente caótico. _____

_____ Continuou o **Senhor Vereador Gabriel Feitor**, informando que teria uma reunião, ainda naquele mês, com os proprietários confinantes ao referido Caminho Municipal, para dar conhecimento do que se iria ali fazer, tendo também em conta que seria necessário proceder a um pequeno alargamento da via. Nesse sentido, tentaria chegar a entendimento com os proprietários para que a obra fosse concluída. _____

_____ Relativamente ao apoio referido pelo Senhor Vereador Samuel Frazão, o **Senhor Vereador Gabriel Feitor** informou que havia sido indicado ao Serviço Municipal de Proteção Civil que mantivesse um contacto mais próximo com as Juntas de Freguesia, para formalizar o apoio que fosse necessário aos privados, à semelhança do que vinha a ser feito nos apoios respeitantes à tempestade Kristin. _____

_____ No uso da palavra, o **Senhor Presidente da Câmara** afirmou não ter conhecimento da Portaria referida pelo Senhor Vereador Samuel Frazão, tendo entendido que se destinava aos privados. No entanto, o Gabinete Técnico Florestal



estaria, certamente, a par do mesmo, cabendo ao Município e às Juntas de Freguesia avaliar a situação. Assim como existia um gabinete de apoio aos investidores, também poderiam, na medida do possível, não esquecendo que estavam a falar de privados, prestar apoio, sobretudo porque se tratavam de pessoas com mais idade e, por conseguinte, com mais dificuldades, salvaguardando que, atualmente, as pessoas mais idosas já tinham outra formação que não existia nessa faixa etária há dez ou quinze anos. Fez também referência à existência de uma associação de agricultores, no concelho, que vinha a prestar esse apoio técnico. Ao Município, cabia estar atento, identificar as dificuldades e, todos juntos, apoiar no que fosse necessário. _____

_____Relativamente ao assunto do contrato com Marlene Carvalho, fora recebida uma carta, que poderia fazer chegar ao Senhor Vereador Samuel Frazão, se este assim o entendesse, na qual informava que tencionava rescindir o contrato, assinado cerca de quinze dias antes, pela exposição pública a que o assunto tinha sido sujeito. Tal como já tinha referido várias vezes, quem tinha valor não precisava de favores. Lembrou que tinha ouvido o Senhor Vereador Samuel Frazão referir, na reunião de Câmara anterior, que as pessoas tinham direito a ter vida quando saíam da política. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** afirmou que o contrato em questão tinha sido sujeito a dois pareceres, precisamente porque se levantaram algumas questões. Nos últimos quatro anos, tinham sido feitos dezenas de contratos de serviços e de consultorias, não sendo à toa que se triplicara o orçamento municipal, como tinham feito e como nunca tinha sido feito por nenhuma outra câmara do país. Para isso, eram precisos recursos, tratando-se de oportunidades relativamente às quais não se sabia se se conseguiam manter algumas das receitas correntes ou subidas, sequer. Se queriam ir atrás de oportunidades, dentro ou fora do país, tinham de ir diretamente a Bruxelas, como tinham feito, coisa que muito poucas câmaras fizeram e a própria câmara de Alcanena nunca tinha feito até ali. A propósito, informou que, na semana anterior, tinha recebido a notícias de que, à partida, iriam receber um apoio de três milhões de euros para o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Esse apoio só tinha sido possível porque houvera alguém que se mexera e esse alguém tinha sido o Presidente da Câmara Municipal de Alcanena. Da mesma maneira, estava a ser preparada uma candidatura, de alguns milhões, no âmbito do Urbact, com conceitos absolutamente inovadores. _____

_____Retomando a resposta à questão colocada pelo Senhor Vereador Samuel Frazão, o **Senhor Presidente da Câmara** referiu que a Senhora Marlene Carvalho lhe expressara, por escrito, que queria terminar o contrato, tendo solicitado aos serviços



administrativos que tratassem do término do mesmo. Acrescentou que, primeiramente, a Senhora Marlene Carvalho tinha manifestado a sua vontade de não querer estar presente numa reunião pré-agendada com o Secretária de Estado, na quarta-feira anterior, tendo, depois, mudado de ideias e marcado presença nessa reunião, tal como o Instituto Kaizen, que estava a desenvolver o modelo de gestão de toda a habitação do concelho de Alcanena, defendendo que gostaria que esse estudo não fosse apenas do concelho, mas de toda a região do Médio Tejo e que estivesse em Alcanena a sede da entidade gestora de todo o parque habitacional do Médio Tejo. Aquele tinha sido o último ato da Senhora Marlene Carvalho, enquanto prestadora de serviços ou consultora da Câmara Municipal. _____

_____ Prosseguiu o **Senhor Presidente da Câmara**, afirmando que gostaria que todos tivessem estado presentes naquela reunião, porque iriam perceber a necessidade de termos a trabalhar, no concelho de Alcanena, gente que fazia a diferença, defendendo que essas pessoas que faziam a diferença, fosse nas organizações públicas, fosse nas privadas, não eram um custo, mas sim um investimento. _____

_____ Dirigindo-se ao senhor Vereador Samuel Frazão, o **Senhor Presidente da Câmara** perguntou-lhe se fazia ideia qual era o valor de um ordenado líquido de um contrato no valor de cinquenta e cinco mil euros, em dois anos. Sendo o Senhor Vereador Samuel Frazão empresário, questionou se lhe saberia responder àquela pergunta, ao que o mesmo respondeu afirmativamente. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** argumentou que não estavam num debate, ao que o **Senhor Presidente da Câmara** perguntou se ele também não podia fazer perguntas. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** respondeu que era claro que o Senhor Presidente da Câmara também podia fazer perguntas, acrescentando que estavam a abordar uma questão importante, cuja decisão tinha sido tomada pelo próprio Presidente da Câmara. Afirmou que, na reunião de Câmara anterior, a sua única intervenção tinha sido no sentido de questionar por que razão o Senhor Presidente levava o assunto para conhecimento, para dizer que era legal, tendo em conta que já tinham existido tantos contratos anteriormente e que nunca tinham sido levados a reunião para conhecimento. Nunca se falara da pessoa em si, nem da legalidade ou ilegalidade do contrato. Tinha sido o Senhor Presidente ou o executivo a levar o contrato a reunião, para conhecimento. Nunca os vereadores do Partido Socialista tinham colocado em questão a competência de quem quer que fosse, tendo, inclusive, defendido que toda a gente tinha direito a ter o seu percurso profissional



antes e depois da política. Se a pessoa não tinha qualquer vínculo com a câmara, mas estava contratualizada, isso não era consigo, mas sim com o senhor Presidente e com o executivo. Ele não tinha colocado qualquer questão sobre isso, a única questão que havia colocado respeitava ao que seria feito depois, até porque não havia pessoas insubstituíveis. _____

_____ Prosseguiu o **Senhor Vereador Samuel Frazão** dizendo que não precisava de saber de cartas, nem de publicações, nem do que quer que fosse, porque aquela tinha sido uma decisão do Senhor Presidente e do executivo que tinha sido levada a reunião para conhecimento e da qual tinham tomado conhecimento. Nunca se tinha falado da pessoa em questão nem se tinha ou não competência. Isso eram julgamentos para outras pessoas, nada tinha a ver com eles, nem consigo pessoalmente. Afirmou que ele próprio era consultor e que decidia ter a sua vida, defendendo que era justo que as outras pessoas também tivessem o mesmo direito. O que tinham referido na reunião realizada quinze dias antes era que aquele assunto nem sequer deveria ter sido incluído na ordem de trabalhos. Trava-se de um documento de uma página, apenas para dar conhecimento da legalidade do assunto, defendendo que o documento deveria ter sido acompanhado do respetivo caderno de encargos e da explicação do projeto, que tinha sido, depois, feita pelo Senhor Presidente. Não precisavam de carta nenhuma, apenas do caderno de encargos e da indicação das outras entidades que haviam sido convidadas, se entendessem fazer-lhes chegar essas informações. Defendeu que não lhes interessava se o projeto seria desenvolvido pela pessoa A ou B, interessava-lhes apenas o concelho. Estando o projeto aprovado, no âmbito da estratégia com a qual também concordavam, e não pretendendo a pessoa em questão prosseguir com o contrário, certamente existiriam outras. Não lhes interessava o valor em causa. Aliás, até àquele momento, o único valor que tinham questionado respeitava a um contrato de quinhentos milhões de euros, com uma entidade que havia sido criado no final de janeiro. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** perguntou a que contrato se estava a referir. _____

_____ **O Senhor Vereador Samuel Frazão** respondeu que se tratava do acordo assinado no âmbito do Parque Empresarial. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** retorquiu que não era nenhum acordo, mas apenas um protocolo de boas intenções. _____

_____ **O Senhor Vereador Samuel Frazão** afirmou que tinha sido feita publicação nas redes sociais sobre o referido acordo, quatro dias depois de terem



estado reunidos em Serra de Santo António e não lhes ter sido dada informação acerca do mesmo. _____

_____ Em relação ao assunto em discussão, voltou a referir que se tratava de um assunto que tinha começado e terminado com o Senhor Presidente da Câmara e com o executivo. O mesmo tinha sido levado a reunião de câmara para conhecimento e a conclusão a que chegaram, do teor da informação, era que não teria valido a pena levar o assunto a conhecimento, defendendo antes que tivessem sido apresentados os projetos, metas, objetivos e caderno de encargos. Se as pessoas em causa tinham ou não competência, não era ele que tinha a capacidade de o julgar. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** afirmou que os objetivos estavam rigorosamente definidos. _____

_____ No uso da palavra, a **Senhora Vereadora Gorete Santos**, aludindo ao valor do contrato, afirmou acreditar que mais de dois mil euros por mês não era uma quantia muito elevada, pois, a esse valor, tinham de ser subtraídas as contribuições para a Segurança Social e IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. Não era, de facto, o valor que estava em causa. _____

_____ **O Senhor Vereador Samuel Frazão** disse que parecia que agora eram eles os maus da fita, acrescentando que se tratava de uma questão do executivo, que respeitavam. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** disse que o que gostaria que ficasse registado em ata, para conhecimento, era o valor das transferências da Câmara Municipal de Alcanena para o jornal O Mirante, nos últimos três anos do mandato que terminara em dois mil e vinte e um, perguntando ao Senhor Vereador Samuel Frazão se sabia qual era esse valor. Informou que o valor era de trinta e um mil euros, entre dezoito de maio de dois mil e dezoito de outubro de dois mil e vinte e um. A partir dessa data, não se verificara qualquer transferência, porque entendia que havia investimentos que tinham um efeito multiplicador e outros que não o tinham. _____

_____ Continuou o **Senhor Presidente da Câmara**, afirmando que o atual executivo estava há quatro anos e meio em funções e, nesse tempo, nem o Presidente nem nenhum vereador interferira em nenhum concurso público de contratação de recursos humanos para a câmara. Informou que, por uma questão de saúde mental, lera apenas meia dúzia de coisas, que considerava o suficiente, defendendo que quem não tentava repor a verdade e não procurava ser intelectualmente honesto também estava conivente com quem queimava pessoas em praça pública. Acrescentou que ele nunca roubara nada a ninguém, muito menos ao erário público. Não lera nem sequer dez por cento do que se escrevera, mas lera o suficiente. _____



_____ Voltando às contratações, e se o Senhor Vereador Samuel Frazão vinha falar de transparência, então que falassem de transparência, porque tinha sido ele próprio a querer levar o assunto a reunião de câmara, precisamente por uma questão de transparência. Claro que a câmara poderia pedir todos os elementos que quisesse, até porque os mesmos eram públicos e tinham acesso legal a eles. Quando despachara o contrato para a reunião, achou que o assunto iria dar conversa, no entanto, não tinha nada para esconder, ainda que tivesse lido, em muitos sítios, que tinham sido “descobertos”. Numa questão de retórica, perguntou como é que tinham sido descobertos e como é que tinha havido falta de transparência se tinha sido ele próprio a despachar o assunto para conhecimento da câmara. A seu ver, a falta de transparência existia antes nas dezenas de contratações do executivo anterior, em que o mesmo dera indicações de que era para contratar determinadas pessoas, facto que era do conhecimento público, havendo funcionários e não funcionários da câmara que sabiam disso. A esse propósito disse ter na sua posse um contrato, datado de dezasseis de janeiro de dois mil e dezoito. Afirmou que não iria chafurdar, mas achava curioso que uma pessoa, cujo nome não iria referir, que tinha ficado em décimo sexto lugar na avaliação curricular, tivesse, de repente, na entrevista, passado para o primeiro lugar. O Senhor Vereador Samuel Frazão sabia bem quem era essa pessoa, Marta Sofia da Silva Banha. _____

_____ Após este comentário, o **Senhor Presidente da Câmara** afirmou que não o queimavam em praça pública sem que ele, pelo menos, resistisse. Mas não iria entrar na chafurdice que eles ou muita gente do concelho alimentara nos últimos dias. Não iria entrar aí, por isso não diria nem mais uma palavra sobre aquele assunto, rematando com o ditado “quem não se sente, não é filho de boa gente”. _____

_____ **A Senhora Vereadora Gorete Santos** disse que não se trava de chafurdice. _____

_____ No uso da palavra, o **Senhor Vereador Gabriel Feitor** informou, em aditamento à sua resposta à questão colocada pelo Senhor Vereador Samuel Frazão, sobre as estradas, que tinham uma alteração orçamental para proceder ao encaixe da receita de um adiantamento que a DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais efetuara na semana anterior, para a segunda fase da requalificação da estrada municipal 594-1, que ligava Moitas Venda a Serra de Santo António. _____

_____ Solicitou do uso da palavra o **Senhor Vereador Samuel Frazão**, apenas para dizer, a respeito de toda a discussão anterior, que lamentava, pois entendia que o Senhor Presidente da Câmara era um político com muita experiência, não compreendendo a sua exaltação. Afirmou que o problema não tinha sido criado por si,



até porque a questão tinha sido levantada por um ex-vereador do seu executivo, Alexandre Pires, e também não sido ele que falara da maior ou menor competência da pessoa em causa. No entanto, não poderia deixar de referir que a pessoa a cujo nome o Senhor Presidente da Câmara aludira, na sua intervenção, seria, provavelmente, a única pessoa da Câmara de Alcanena que tinha uma carta de rescisão em casa, facto que o Senhor Presidente também conheceria, tendo tido, logo a seguir, um contrato efetivo, também do conhecimento do Senhor Presidente, e tendo esperado quatro anos para resolver um assunto que não tinha chegado a ser resolvido. Tinha sido a própria pessoa a ir-se embora. Queria também ver se as pessoas de quem o Senhor Presidente falava se iam embora ou não. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que ainda bem para a pessoa, que seria, se calhar, uma pessoa de valor. _____

_____ **O Senhor Vereador Samuel Frazão** afirmou que, porventura, seria um defeito da maneira de ser dos vereadores do Partido Socialista, que não diziam mal de ninguém. No entanto, lembrava-se dos discursos do Senhor Presidente da Câmara na campanha eleitoral e na cerimónia de tomada de posse. Felizmente, ele e os seus colegas viviam bem com a sua consciência. O que queiram era fazer o seu trabalho da melhor maneira. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** ripostou que também ele vivia bem com a sua consciência e acrescentou que o facto de também se lembrar de muitas coisas era um dos seus problemas. _____

_____ **O Senhor Vereador Samuel Frazão** afirmou que lamentava que o Senhor Presidente tivesse chegado ao ponto de ir buscar um assunto de dois mil e dezoito para, oito anos depois, vir fazer referência a uma pessoa que já há dois anos que não trabalhava na Câmara. Tinha pena que não tivesse referido que tinha tido um concurso, no qual lhe tinha sido atribuído insuficiente no currículo, para que não se candidatasse à segunda fase. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** perguntou ao Senhor Vereador Samuel Frazão se sabia há quanto tempo ele tinha aquele processo na sua posse, esclarecendo, desde logo, que o tinha há seis anos. _____

_____ **O Senhor Vereador Samuel Frazão** perguntou ao Senhor Presidente se era ou não verdade que também tinha conhecimento da situação que acabara de referir. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que, quando o Senhor Vereador Samuel Frazão enchia a boca para falar de transparência, se calhar devia estar caladinho. Estavam presentes naquela reunião vereadores e havia funcionários



da Câmara que sabiam que o atual executivo nunca interferira em concursos públicos, nem na câmara, nem na Aquanena, tendo sempre valorizado o mérito. Não lhe interessava se diziam mal do Presidente, apenas lhe interessava se eram bons ou maus profissionais e o que pedia às chefias era que fossem chefes, ou seja, que avaliassem de forma corajosa e transparente. O que pedia era que as pessoas não fossem prejudicadas nem beneficiadas por serem amigos, primos ou o que quer que fosse. Outra coisa bem diferente eram as situações tipificadas em lei. Acrescentou que não andava naquela vida há dois dias e que sempre se pautara por um conjunto de princípios dos quais se orgulhava muito, sendo o princípio básico o de premiar a competência, perceber onde estava talento e tentar colocá-lo ao serviço do Município, da mesma forma que sempre fizera na sua vida privada. Não lhe interessava se as pessoas diziam mal de si, pois sempre houvera pessoas a falar mal de si e tal nunca o afetara. O cargo que desempenhava não estava ao seu serviço nem ao serviço daquilo que achava ou deixava de achar, no sentido de gostar mais ou gostar menos da pessoa A, B ou C. A única coisa que pedia era que, entre o período de entrada e saída do serviço, a pessoa fosse correta, educada e que cumprisse o melhor possível a sua missão. Felizmente, a Câmara tinha excelentes profissionais. Além disso, o Senhor Vereador Samuel Frazão tinha, de facto, razão, quando afirmava que não havia ninguém insubstituível e os cemitérios estavam cheios de gente insubstituível. O que havia era maneiras diferentes de fazer as coisas, uns faziam de uma maneira e outros faziam de outra. No final, a avaliação caberia a quem de direito. _____

_____ Continuou o **Senhor Presidente da Câmara**, afirmando que gostava de pessoas que falassem consigo olhos nos olhos e não de pessoas que fossem para as redes sociais escrever o que lhes apetecesse, sem a menor preocupação de tentar perceber o que estava em causa. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** disse que não precisava de apagar publicações, ao contrário do Senhor Presidente. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** perguntou se o Senhor Vereador Samuel andava a ver o seu Facebook, ao que o mesmo respondeu que tal como o Senhor Presidente tinha visto o seu, também ele tinha visto o Facebook do Senhor Presidente. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** afirmou que não tinha visto o Facebook do Senhor Vereador Samuel Frazão, cuja publicação lhe tinha sido enviada, pedindo desculpa por não frequentar as suas redes sociais e esclarecendo que não frequentava o Facebook de ninguém. Disse, ainda, que não eram só publicações que



apagava, não tendo tempo para as redes sociais, ao contrário da geração do Senhor Vereador Samuel Frazão _____

_____ Tentando rematar a conversa, uma vez que tinham “mais que fazer”, o **Senhor Vereador Samuel Frazão** assinalou a diferença entre um chefe e um líder. O Senhor Presidente falara muito em “chefe”, mas a sua opinião era que um líder tinha de liderar pelo exemplo. Se o Senhor Presidente assim o entendesse, poderia tranquilamente apresentar o contrato a que aludira e tudo o que ali tinha sido esmiuçado. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que não falara em chefe, mas sim em chefia. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** afirmou que gostaria de ter o Caderno de Encargos do concurso em discussão. Acrescentou que o Senhor Presidente tinha interpretado o assunto como uma questão pessoal, no entanto, aquela era uma responsabilidade sua. Ele é que se metera no problema, pelo que tinha de ser também ele a resolvê-lo. Voltou a afirmar que o assunto tinha ido a reunião para conhecimento e que os vereadores do Partido Socialista não se tinham pronunciado relativamente à pessoa em causa. Aproveitou para perguntar que culpa tinha o jornal “O Mirante” ou o “Médiotejo.net”, que também tinha feito publicações sobre o assunto. A jornalista do jornal “O Mirante” tinha estado presente na reunião de Câmara e noticiara o que ali tinha sido discutido, que também iria ficar registado em ata, tendo inclusive havido a intervenção de um ex-Vereador que tinha tido a coragem de dizer aquilo que sentia relativamente ao assunto e à pessoa em causa, sendo que os vereadores do Partido Socialista nunca pronunciaram o nome de A, B ou C, tendo até defendido que um assunto daquela natureza não tinha necessidade de ser presente a reunião de Câmara. Nem sequer a sua publicação nas redes sociais fazia referência a nomes. A partir dali as pessoas que tirassem as suas ilações, tal como o Senhor Presidente o tinha feito, defendendo que o mesmo tinha de saber lidar com a crítica. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** afirmou constatar que, se aquela era a opinião do Senhor Vereador Samuel, então devia dizê-la, pois, quando se calavam, incendiavam e fugiam, estavam a compactuar. Acrescentou que a vida ainda haveria de ensinar muita coisa a todos, uma vez que estavam sempre a aprender. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Senhora Vereadora Gorete Santos** perguntando ao Senhor Presidente se, se estivesse no lugar da oposição, também não questionaria o assunto. _____



_____ O **Senhor Presidente da Câmara** afirmou que questionaria claramente, defendendo que a função da oposição era exatamente a de questionar. Por isso mesmo é que tinha despachado o assunto para a reunião de câmara, tendo sido um lapso dos serviços o facto de não ter sido presente toda a informação à reunião. _____

_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** referiu que nem sequer tinham tido informação sobre os valores em causa. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que bastava pedir. Se tinha despachado o assunto, era para que os senhores vereadores tivessem conhecimento do mesmo, não fazendo ideia por que razão a informação não tinha sido toda enviada. Se tinha sido ele a decidir levar o assunto a reunião, não seria por querer esconder o que quer que fosse. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** afirmou que não entendia, então, por que motivo o Senhor Presidente da Câmara estava tão stressado. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu não estar stressado, mas que era saudável, por vezes, libertar algumas coisas. Só não achava que as pessoas devessem ser queimadas na praça pública. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** retorquiu que tinha sido precisamente isso que o senhor Presidente da Câmara tinha feito, ao trazer para discussão um concurso que decorrera há oito anos, referindo a sua mulher. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** disse não ter referido o nome de ninguém, apenas tinha perguntado ao Senhor Vereador Samuel se achava que aquilo fosse transparência, entregando-lhe os documentos que levava para que os analisasse em consciência. Acrescentou que não estava a falar da esposa do Senhor Vereador Samuel Frazão, mas sim de um princípio que existia naquela câmara nos mandatos anteriores ao seu. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** disse não compreender por que razão o Senhor Presidente referira, naquele momento, um assunto de há oito anos, quando a sua mulher tinha em casa uma carta de rescisão do Município e outra a pedir desculpa e a propor um contrato efetivo, tendo sido ela própria a querer sair. Na sua opinião, aquela situação era muito triste. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** argumentou que era triste que o Senhor Vereador Samuel Frazão viesse falar de transparência, quando tinha compactuado, durante anos e anos, com concursos públicos da Câmara Municipal de Alcanena, que não foram minimamente transparentes. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** ripostou que o Senhor Presidente da Câmara tinha tido oportunidade de denunciar essas situações enquanto fora vereador



da oposição, perguntando-lhe por que razão não tinha feito, ao que o mesmo respondeu tê-lo feito várias vezes. _____

_____ Concluiu o **Senhor Vereador Samuel Frazão**, afirmando que desejava que tudo corresse bem, pois queria era que o concelho andasse para a frente e que o Senhor Presidente fosse muito feliz. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** agradeceu, afirmando desejar-lhe o dobro que lhe desejava a si. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Senhora Vereadora Gorete Santos**, questionando se, relativamente ao alarme da Escola Básica Integrada Dr. Anastácio Gonçalves, em Alcanena, tudo tinha ficado normalizado após a intervenção efetuada.

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que não estava na posse do ponto de situação, naquele momento. As intervenções decorreram, com os técnicos e com os serviços de Proteção Civil e, à partida, não se tinham registado mais situações relacionadas com o disparo do alarme, esperando que a situação tivesse ficado resolvida. Voltou a frisar que nunca houvera uma fuga de gás, apenas uma situação em que alguém se esquecera do bico do fogão ligado. A Senhora Vereadora da Educação estava a acompanhar a situação em pormenor, mas esperava que tudo estivesse resolvido. _____

_____ Solicitou do uso da palavra o **Senhor Vereador Gabriel Feitor**, que propôs, para aprovação, um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Catedrático Júlio Barreiros Martins. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** colocou, então, à votação o Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Catedrático Júlio Barreiros Martins, o qual é do seguinte teor: _____

_____ “VOTO DE PESAR - Pelo falecimento do Professor Catedrático Júlio Barreiros Martins. _____

_____ Júlio Barreiros Martins, Professor Catedrático Emérito do Departamento de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, foi uma figura ímpar do ensino superior e da engenharia em Portugal. Destacou-se como um dos fundadores da Universidade do Minho, para a qual trouxe a sua vasta experiência académica, adquirida, entre outros contextos, na antiga Universidade de Lourenço Marques, em Moçambique, onde exerceu funções de direção na Faculdade de Engenharia. _____

_____ Ao longo de uma carreira notável e de dedicação plena ao serviço público e ao conhecimento, foi o docente mais antigo da Universidade do Minho, tendo desempenhado múltiplas funções de elevada responsabilidade, entre as quais se



destacam as de representante do Reitor em Guimarães, membro da Comissão Instaladora, diretor do Gabinete Executivo de Instalações Definitivas, presidente do Conselho Científico, vice-presidente do Conselho Académico, presidente da Escola de Engenharia e do Centro de Engenharia Civil. O seu contributo foi ainda reconhecido pela atribuição do seu nome a um Laboratório de Engenharia Civil, perpetuando o seu legado académico e científico. _____

_____ Nascido a um de agosto de mil novecentos e trinta, em Monsanto (Alcanena), Júlio Barreiros Martins deixa um percurso exemplar, marcado pelo rigor, pela dedicação ao ensino e pela formação de gerações de engenheiros, sendo igualmente recordado como pai de quatro filhos, dois dos quais docentes da Universidade do Minho. _____

_____ Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o presente Voto de Pesar, reconhecendo, com elevada consideração, o contributo inestimável do Professor Júlio Barreiros Martins para o desenvolvimento do ensino superior, da engenharia e da sociedade em geral. _____

_____ O Vereador, Gabriel de Oliveira Feitor.” _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Catedrático Júlio Barreiros Martins, seguido de um minuto de silêncio em sua memória. _____

_____ Mais, foi deliberado endereçar à família enlutada e à Universidade do Minho as mais sentidas condolências. _____

_____ **Não existindo mais questões por parte dos Senhores Vereadores, no Período Antes da Ordem do Dia, às dezoito horas, deu-se início à apreciação da Ordem de Trabalhos da presente Reunião.** _____

_____ **1 - PONTO PRÉVIO** _____

_____ **1.1 - Relatório de Gestão Atividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco da Aquanena – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. Documento referência 8267. Processo referência 2026/900.20.200/3. (Para conhecimento)** _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** questionou os senhores vereadores se tinham alguma questão sobre o assunto. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** aludiu ao documento relativo à Solução de Base Natural, onde constava o ano de dois mil e vinte e seis como previsão para submissão de uma candidatura. _____

_____ Identificou também uma questão que já vinha desde dois mil e vinte e cinco e que ainda não tinha sido corrigida, respeitante à nova chave de repartição,



inicialmente prevista para dois mil e vinte e cinco, mas, entretanto, adiada, questionando se tal sucederia em dois mil e vinte e seis. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** salientou também o resultado positivo, afirmando que, com a nova chave de repartição era o consumidor doméstico que financiava grande parte daquela receita. Nesse sentido, questionou se estavam a equacionar a revisão da mesma. _____

_____ Questionou, por fim, se estava planeada na estratégia para dois mil e vinte e seis a reparação das condutas que estavam obsoletas, de forma a colmatar as perdas de água e, assim, contribuir para a melhoria do sistema _____

_____ Respondendo às questões colocadas pelo Senhor Vereador Samuel Frazão, o **Senhor Vereador Nuno Silva**, começou por referir que os resultados obtidos demonstravam uma gestão cuidada da empresa municipal, que apresentava um resultado bastante positivo. Aludiu a uma questão jurídica relacionada com o não pagamento de uma fatura, que viera fora de prazo, passados seis meses, e que tinha um impacto global de cento e noventa e dois mil euros, o que levava a que o resultado fosse mais positivo. Deu também nota de que a maioria dos projetos em carteira tinham avançado, havendo a questão efetiva do tratamento das águas, relativa à solução de base natural, tendo sido emitido o relatório final da fase de estudo, que demorara cerca de um ano, havendo algumas conclusões que estavam a ser estudadas. Era, de facto, objetivo da Aqanena – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, fazer uma candidatura em dois mil e vinte e seis, ao programa Life, já numa escala superior, com entidades de várias naturezas, desde universidades estrangeiras ao Instituto Superior de Agronomia e outras, como entidades relacionadas com o estudo sobre a possibilidade ou não de geração de mosquitos e que tipos de mosquitos seriam esses. Aquela era uma preocupação das pessoas e tudo isso seria estudado se a candidatura fosse aprovada. _____

_____ Relativamente à solução de tratamento, estava a avançar-se com outros tipos de tratamento, referindo o trabalho desenvolvido como LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, numa perspetiva de afinamento final do tratamento existente na estação. _____

_____ No que respeitava à chave de repartição, o **Senhor Vereador Nuno Silva**, disse que essa questão tinha sido assinalada pelo Conselho Consultivo da Aqanena – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. De momento, estavam a ser pedidas propostas a empresas externas para proceder à avaliação dessa chave de repartição, nomeadamente no que



respeitava ao abastecimento, ao saneamento doméstico e industrial e aos restantes serviços. A política tarifária teria de ser vista em função dos investimentos que estavam em cima da mesa, nomeadamente a questão da resolução do problema das lamas, tendo já sido pedido parecer à entidade gestora, no sentido de se poder fazer o encerramento parcial do aterro, estando-se a aguardar a resposta. Essa solução iria minimizar a área exposta. Isso passaria também por uma solução de secagem de lamas, existindo duas tecnologias semelhantes, mas com algumas diferenças, uma das quais tinha sido ensaiada na estação de tratamento e outra que tinham visto fora, em funcionamento, e cujo investimento rondava os dois milhões de euros. Com base nos investimentos na afinação dos tratamentos e na secagem das lamas, seriam determinadas as tarifas. _____

_____ Quanto às perdas de água, o **Senhor Vereador Nuno Silva** referiu que essa era uma preocupação da Aquanena – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, sendo que uma das situações que iria avançar, a breve trecho, seria uma nova captação em Vila Moreira, que iria permitir reduzir a quantidade de água na adutora do Alviela, na qual existia uma perda significativa de água. Aquela intervenção iria permitir reduzir substancialmente as perdas de águas, continuando a conduta adutora do Alviela em funcionamento, mas com pressões mais baixas. Estavam também a olhar para as redes, tendo já sido solicitados orçamento para a reformulação da rede de Vila Moreira, uma das mais antigas em atividade. A par disso, estavam também a ser feitas sondagens, com equipas internas e externas, de forma a atuar o mais rápido possível, assim que se detetavam essas perdas de água. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório de Gestão Atividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco da Aquanena – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento. _____

_____ **1.2 - Prestação de Contas Individuais do Município de Alcanena do ano de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 9075. Processo referência 2026/900.20.200/3. (Para deliberação)** _____

_____ Presentes os Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de dois mil e vinte e cinco, constituídos por: _____

_____ Relatório de Gestão, contendo os seguintes anexos: _____

_____ **Demonstrações Financeiras (NPC1)** _____

_____ Doc. 1 – Balanço _____

_____ Doc. 2 – Demonstração de Resultados por Natureza _____



- _____ Doc. 3 – Demonstração das Alterações no Património Líquido _____
- _____ Doc. 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa _____
- _____ **Anexos às Demonstrações Financeiras** _____
- _____ Doc. 5 – Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras _____
- _____ Doc. 6 – Mapa 3.1 - Ativos intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas _____
- _____ Doc. 7 – Mapa 3.2 - Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período _____
- _____ Doc. 8 – Mapa 3.2-a - Ativos intangíveis – Adições _____
- _____ Doc. 9 – Mapa 3.2-b - Ativos intangíveis – Diminuições _____
- _____ Doc. 10 – Mapa 3.5 - Ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso _____
- _____ Doc. 11 – Mapa 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas _____
- _____ Doc. 12 – Mapa 5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período _____
- _____ Doc. 13 – Mapa 5.2-a - Ativos fixos tangíveis – Adições _____
- _____ Doc. 14 – Mapa 5.2.b - Ativos fixos tangíveis – Diminuições _____
- _____ Doc. 15 – Mapa 5.6 - Ativos Fixos Tangíveis totalmente depreciados ainda em uso _____
- _____ Doc. 16 – Mapa 6.1 - Locações financeiras – Locatário _____
- _____ Doc. 17 – Mapa 6.2 - Locações operacionais – Locatário _____
- _____ Doc. 18 – Mapa 8-a - Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período (modelo do custo) _____
- _____ Doc. 19 – Mapa 8-b - Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período (modelo do justo valor) _____
- _____ Doc. 20 – Mapa 8.1-a - Propriedades de Investimento – Adições (modelo do custo) _____
- _____ Doc. 21 – Mapa 8.1-b - Propriedades de Investimento – Adições (modelo do justo valor) _____
- _____ Doc. 22 – Mapa 8.2-a - Propriedades de Investimento – Diminuições (modelo do custo) _____
- _____ Doc. 23 – Mapa 8.2-b - Propriedades de Investimento – Diminuições (modelo do justo valor) _____
- _____ Doc. 24 – Mapa 9 - Imparidade de Ativos _____
- _____ Doc. 25 – Mapa 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação _____



- _____ Doc. 26 – Mapa 14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação _____
- _____ Doc. 27 – Mapa 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes _____
- _____ Doc. 28 – Mapa Detalhe de Amortizações de Equipamento Transporte (Conta 434) (Aplicação do Sistema de Normalização de Património) _____
- _____ Doc. 29 – Mapa Detalhe de Amortizações de Equipamento Transporte (Abates) (Aplicação do Sistema de Normalização de Património) _____
- _____ Doc. 30 – Mapa Detalhe de Amortizações de Ativos Fixos Tangíveis (Conta 43) (Aplicação do Sistema de Normalização de Património) _____
- _____ Doc. 31 – Mapa detalhe de amortização de Ativos Fixos Intangíveis (Conta 44) (Aplicação do Sistema de Normalização de Património) _____
- _____ Doc. 32 – Mapa controlo de subsídios ao investimento (Aplicação do Sistema de Normalização de Património) _____
- _____ Doc. 33 – Mapa investimentos em curso; _____
- _____ Doc. 34 – Dividas a terceiros por conta e entidade; _____
- _____ Doc. 35 - Mapa Empréstimos; _____
- _____ **Demonstrações Orçamentais (NPC26)** _____
- _____ Doc. 36 - Orçamento (Resumo por capítulo) _____
- _____ Doc. 37 – Orçamento da receita e da despesa completo _____
- _____ Doc. 38 - Orçamento da despesa – resumo por económica _____
- _____ Doc. 39 - Orçamento da despesa – resumo por orgânica _____
- _____ Doc. 40 – Plano Plurianual de Investimentos _____
- _____ Doc. 41 – Grandes Opções do Plano _____
- _____ Doc. 42 - Mapa 1 - Demonstração do desempenho orçamental _____
- _____ Doc. 43 – Mapa 2 - Demonstração de Execução Orçamental da Receita – por rúbrica _____
- _____ Doc. 44 – Mapa 2-a - Demonstração de Execução Orçamental da Receita – por económica _____
- _____ Doc. 45 – Mapa 3 - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa – por rúbrica _____
- _____ Doc. 46 – Mapa 3.a - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa – por económica _____
- _____ Doc. 47– Mapa 3.b- Demonstração de Execução da Despesa – por orgânica e económica _____
- _____ Doc. 48– Mapa 3.c - Demonstração de Execução da Despesa – resumo por orgânica _____



- _____ Doc. 49 – Mapa 4 - Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos _____
- _____ Doc. 50 – Mapa 4.a - Execução Anual das Atividades mais relevantes _____
- _____ Doc. 51 – Mapa 4.b - Execução Anual das Grandes Opções do Plano _____
- _____ Doc. 52 – Balancete da GOP _____
- _____ Doc. 53 - Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos _____
- _____ **Anexo às Demonstrações Orçamentais** _____
- _____ Doc. 54 – Mapa 1.1 - Alterações Orçamentais da Receita – por rubrica _____
- _____ Doc. 55 – Mapa 1.2 - Alterações Orçamentais da Receita – por económica _____
- _____ Doc. 56 – Mapa 2.1 - Alterações Orçamentais da Despesa – por rubrica _____
- _____ Doc. 57 – Mapa 2.2 - Alterações Orçamentais da Despesa – por económica _____
- _____ Doc. 58 – Mapa 2.3 - Alterações Orçamentais da Despesa – por orgânica e económica _____
- _____ Doc. 59 – Mapa 3 - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos _____
- _____ Doc. 60 – Mapa 4.1 - Operações de Tesouraria por conta patrimonial _____
- _____ Doc. 61 – Mapa 4.2 - Operações de Tesouraria por tipologia _____
- _____ Doc. 62 – Mapa 5.1 – Situação dos Contratos _____
- _____ Doc. 63 – Mapa 5.2 – Adjudicações por tipo de procedimento _____
- _____ Doc. 64 – Mapa Encargos Contratuais (TdC) _____
- _____ Doc. 65 – Mapa 6.1 – Transferências e Subsídios – despesa _____
- _____ Doc. 66– Mapa 6.2 - Transferências e Subsídios – receita _____
- _____ **Outros mapas e Relatórios** _____
- _____ Doc. 67 – Norma de Controlo Interno e suas Alterações _____
- _____ Doc. 68 – Resumo Diário de Tesouraria _____
- _____ Doc. 69 – Mapa de Fundos de Maneio _____
- _____ Doc. 70 – Relatório Semestral de Acompanhamento do PSF – trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco _____
- _____ Doc. 71 – Declarações relativas ao artigo décimo quinto da LCPA (Compromissos Plurianuais e Pagamentos e Recebimentos em atraso) _____
- _____ Doc. 72 – Balancete Analítico da contabilidade orçamental e financeira (mês 13) _____
- _____ Doc. 73 – Balancete Analítico da contabilidade orçamental e financeira (mês 14) _____
- _____ Doc. 74 - Participações em entidades societárias _____
- _____ Doc. 75 - Participações em entidades não societárias _____



_____ Doc. 76 – Correspondência entre o plano de contas local e o plano de
contas central _____

_____ Doc. 77 – Relatório do Governo Societário _____

_____ Doc. 78 – Relatório de Atividades _____

Mapas conforme Instrução número um/dois mil e dezanove do Tribunal de Contas ____

_____ Doc. 79 – Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou
orçamental no período de relato _____

_____ Doc. 80 - Responsáveis pelas demonstrações financeiras (SNC-AP) _____

_____ Doc. 81 - Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP) _____

_____ Doc. 82 - Caracterização da entidade _____

_____ Doc. 83 - Mapa dos investimentos financeiros (em Entidades Societárias e
Não Societárias) _____

_____ Doc. 84 - Mapas de acumulação de funções _____

_____ Doc. 85 - Certidões ou extratos dos saldos bancários reportados ao fim do
exercício e dos juros obtidos no exercício _____

_____ Doc. 86 - Reconciliações bancárias _____

_____ Doc. 87 – Síntese das Reconciliações bancárias _____

_____ Doc. 88 - Limite da dívida total _____

_____ Doc. 89 - Apuramento da dívida total das entidades participadas _____

_____ Doc. 90 - Entidades relevantes para efeitos da dívida total _____

_____ Doc. 91 - Transferência de competências de órgãos do Estado _____

_____ Doc. 92 - Delegação de competências do Município _____

_____ Doc. 93 - Certificação legal de contas _____

_____ Doc. 94 - Relatório e Parecer do órgão de fiscalização _____

_____ Nos Documentos de Prestação de Contas, verifica-se, designadamente,
que: _____

_____ O Balanço apresenta os seguintes valores totais em euros: _____

_____ - Ativo: 91.894.648,14€ (noventa e um milhões, oitocentos e noventa e
quatro mil, seiscentos e quarenta e oito euros e catorze cêntimos), sendo
83.848.811,00€ (oitenta e três milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e
onze euros) de Ativo não Corrente e 8.045.837,14€ (oito milhões, quarenta e cinco mil,
oitocentos e trinta e sete euros e catorze cêntimos) de Ativo Corrente; _____

_____ - Património Líquido: 63.123.598,94€ (sessenta e três milhões, cento e vinte
e três mil, quinhentos e noventa e oito euros e noventa e quatro cêntimos); _____

_____ - Passivo: 28.771.049,20€ (vinte e oito milhões, setecentos e setenta e um
mil, quarenta e nove euros e vinte cêntimos), sendo 18.043.690,50€ (dezoito milhões,



quarenta e três mil, seiscentos e noventa euros e cinquenta cêntimos) de Passivo não Corrente e 10.727.358,70€ (dez milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e oito euros e setenta cêntimos) de Passivo Corrente. _____

_____ A Demonstração de Resultados apresenta os seguintes valores: _____

_____ - Resultados antes de depreciações e resultados financeiros: 1.601.053,48€ (um milhão, seiscentos e um mil, cinquenta e três euros e quarenta e oito cêntimos). _____

_____ - Resultado operacional (antes de resultados financeiros): -1.059.479,77€ (um milhão, cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove euros e setenta e sete cêntimos, negativos). _____

_____ - Resultado antes de impostos -1.214.177,61€ (um milhão, duzentos e catorze mil, cento e setenta e sete euros e sessenta e um cêntimos, negativos). _____

_____ - Resultado líquido do período: -1.214.177,61€ (um milhão, duzentos e catorze mil, cento e setenta e sete euros e sessenta e um cêntimos, negativos). _____

_____ O mapa de demonstração de fluxos de caixa apresenta os seguintes valores em euros: _____

_____ Saldo da gerência anterior: 7.547.563,47€ (sete milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos), sendo 6.885.633,16€ (seis milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e trinta e três euros e dezasseis cêntimos) de execução orçamental e 661.930,31€ (seiscentos e sessenta e um mil, novecentos e trinta euros e trinta e um cêntimos) de operações de tesouraria; _____

_____ As receitas cobradas líquidas, em dois mil e vinte e cinco, foram de 32.062.330,47€ (trinta e dois milhões, sessenta e dois mil, trezentos e trinta euros e quarenta e sete cêntimos), sendo Receita Corrente o valor de 15.631.604,63€ (quinze milhões, seiscentos e trinta e um mil, seiscentos e quatro euros e sessenta e três cêntimos), Receita de Capital 9.526.573,41€ (nove milhões, quinhentos e vinte e seis mil, quinhentos e setenta e três euros e quarenta e um cêntimos), e outras receitas no valor de 6.904.152,43€ (seis milhões, novecentos e quatro mil, cento e cinquenta e dois euros e quarenta e três cêntimos), o que representa uma taxa de execução global de 82,51%. _____

_____ A despesa paga em dois mil e vinte e cinco foi de 29.622.998,98€ (vinte e nove milhões, seiscentos e vinte e dois mil, novecentos e noventa e oito euros e noventa e oito cêntimos), sendo que as despesas correntes pagas foram de 13.830.937,55€ (treze milhões, oitocentos e trinta mil, novecentos e trinta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos) e as despesas de capital pagas foram de



15.792.061,43€ (quinze milhões, setecentos e noventa e dois mil, sessenta e um euros e quarenta e três cêntimos), o que representa uma taxa de execução global de 76,24%; _____

_____ Saldo para a gerência seguinte: 2.415.571,77€ (dois milhões, quatrocentos e quinze mil, quinhentos e setenta e um euros e setenta e sete cêntimos), sendo 1.686.595,78€ (um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, quinhentos e noventa e cinco euros e setenta e oito cêntimos) de operações orçamentais e 728.975,99€ (setecentos e vinte e oito mil, novecentos e setenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos) de operações de tesouraria; _____

_____ O Mapa dos Empréstimos, elaborado de acordo com o Modelo dezoito da Instrução número um/dois mil e dezanove do Tribunal de Contas, apresenta os seguintes valores totais em euros: _____

_____ Encargos do ano: 680.974,39€ (seiscentos e oitenta mil, novecentos e setenta e quatro euros e trinta e nove cêntimos), sendo 397.323,80€ (trezentos e noventa e sete mil, trezentos e vinte e três euros e oitenta cêntimos) de amortizações, 281.050,59€ (duzentos e oitenta e um mil, cinquenta euros e cinquenta e nove cêntimos) de juros e 2.600,00€ (dois mil e seiscentos euros) de outros encargos. _____

_____ O Capital em dívida, em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, é de 7.326.676,52€ (sete milhões, trezentos e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e seis euros e cinquenta e dois cêntimos). _____

_____ O documento trinta e quatro – Dívidas a terceiros por conta e entidade, apresenta como total em dívida, em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, o valor de 6.926.685,27€ (seis milhões, novecentos e vinte e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos). _____

_____ O Relatório de Gestão e Atividades foi apresentado em dois fascículos separados. _____

_____ O primeiro fascículo contém uma introdução à análise política às contas de dois mil e vinte e cinco, de acordo com a aplicação do SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e noventa e dois/dois mil e quinze, de onze de setembro, e o qual refere, nomeadamente, a execução orçamental da receita, execução orçamental da despesa, equilíbrio orçamental, execução das Grandes Opções do Plano (PPI – Plano Plurianual de Investimento e Atividades Mais Relevantes). É feita também uma análise ao balanço e demonstração de resultados, assim como uma análise ao limite da dívida total, endividamento líquido e limite geral de empréstimos de médio e longo prazo e



prazo médio de pagamento. São apresentados alguns rácios orçamentais e, sobre a aplicação dos resultados líquidos do exercício, é referido o seguinte: _____

_____ Consta, igualmente, informação sobre a Consolidação de Contas com as seguintes entidades: AQUANENA – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima, e Associação Centro Ciência Viva do Alviela. _____

_____ O segundo fascículo (Documento 78 – Relatório de Atividades) contém anexos ao primeiro fascículo, nomeadamente, as atividades não refletidas nas Grandes Opções do Plano, como sejam atividades da Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial, Divisão de Desenvolvimento Humano e Social, Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, Divisão de Cultura, Turismo e Valorização do Património, Serviço Municipal de Proteção Civil. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** começou por fazer um breve enquadramento do assunto, informando que se tratava de um documento técnico, e que se encontrava também presente a dirigente da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Maria João Café, para esclarecimento de eventuais dúvidas de natureza mais técnica. Referiu ainda que os membros do executivo dispõem igualmente do relatório do ROC – Revisor Oficial de Contas, o qual considera suficientemente claro. _____

_____ De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Vereador com o pelouro das Finanças, Nuno Silva, para prestar esclarecimentos adicionais. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** esclareceu que o atual ROC – Revisor Oficial de Contas adota uma abordagem diferente, analisando as demonstrações financeiras numa perspetiva diferente. _____

_____ Apresentou um pedido de desculpas pelo momento em que a documentação foi disponibilizada, explicando que o Relatório do ROC – Revisor Oficial de Contas apenas fora rececionado no início daquela manhã, tendo sido, de imediato, solicitado o seu encaminhamento. _____

_____ Acrescentou que foi identificada uma situação que motivou a necessidade de revisão do balanço, decorrente de uma intervenção do ROC – Revisor Oficial de Contas, que detetou um lapso numa rúbrica do passivo corrente, relacionado com a parametrização do programa da AIRC, concretamente na conta corrente do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Por esse motivo, foi necessário



proceder à revisão do balanço ainda durante a manhã, justificando assim o envio tardio do documento. _____

_____ Concluiu referindo que estas são, essencialmente, as explicações para o envio da documentação apenas naquele momento. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** referiu que a documentação foi recebida por volta das treze horas e vinte minutos. Acrescentou, contudo, num espírito de diálogo e com humildade, que o Senhor Vereador Nuno Silva o contactou, nomeadamente na sexta-feira. _____

_____ Reconheceu a dificuldade em analisar toda a documentação com tão pouca antecedência, mas, ainda assim, foi feita uma análise que não considera superficial, mas antes uma análise com conhecimento e sentido crítico, sendo esse o contributo que pretendia trazer à discussão. Sublinhou que, como já referido anteriormente, é através do diálogo que se alcança entendimento, devendo existir humildade, capacidade de ouvir e de compreender diferentes perspetivas. _____

_____ Relativamente ao orçamento, referiu que pretendiam também abordar esse tema. Explicou que o ano de dois mil e vinte e cinco não foi acompanhado na totalidade, uma vez que a tomada de posse ocorreu apenas em outubro. Acrescentou que, embora enquanto Presidente de Junta de Freguesia tivesse acesso a alguma documentação, não teve acesso aos documentos das reuniões de Câmara. _____

_____ Nesse sentido, referiu que a tendência de voto seria a abstenção, precisamente por se tratar de um assunto que não foi acompanhado ao longo de todo o ano. Acrescentou que, relativamente a dois mil e vinte e seis, será feita uma análise com contributo positivo, procurando intervir da melhor forma, com educação e respeito, valores que considera fundamentais. _____

_____ Relativamente a este ponto, destacou duas notas que considera importantes. Por um lado, referiu a questão do orçamento, salientando que uma coisa é o que se planeia e outra é o que efetivamente se executa. Indicou que a despesa ascendeu a 29.000.000,00€ (vinte e nove milhões de euros), correspondendo a uma taxa de execução de 76%, referindo não pretender avaliar se é muito ou pouco, mas sim sublinhar que o mais importante é a eficiência. _____

_____ Por outro lado, destacou como principal preocupação, numa perspetiva de médio e longo prazo, o facto de o passivo ter aumentado em cerca de 7.000.000,00€ (sete milhões de euros) face ao ano de dois mil e vinte e quatro, bem como o facto de este ser o segundo ano consecutivo com resultado líquido negativo. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** questionou se o Senhor Vereador Samuel Frazão pretendia indicar também o aumento do ativo. _____



_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** respondeu que cada um faz a sua interpretação e análise à sua maneira, considerando que o Senhor Presidente faz a sua própria análise, que entende como a mais correta. Disse ainda que até tem medo de discordar de alguma coisa do Senhor Presidente. _____

_____ Referiu que a sua principal preocupação se prende com o médio prazo, nomeadamente com a questão da liquidez. Reconheceu no Senhor Vereador Nuno Silva capacidade e inteligência para procurar fazer o melhor possível, salientando, contudo, que se trata de uma realidade exigente e complexa, também para a equipa da contabilidade da autarquia. _____

_____ Alertou que o valor da dívida se vai aproximando progressivamente do limite legal do município, deixando uma reflexão para o futuro, no sentido de que o que se herda deve ser melhorado, procurando sempre deixar condições que permitam a quem vier a seguir fazer melhor. _____

_____ Referiu ainda que existe o risco, associado ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, de algumas obras não virem a ser financiadas, situação que espera que não se verifique, mas que, a acontecer, implicará o recurso ao financiamento bancário, com conseqüente aumento da dívida. _____

_____ Relativamente ao ano de dois mil e vinte e seis, admitiu que o resultado líquido poderá seguir a tendência verificada em dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, não sabendo precisar em que medida, mas expressando o desejo de que venha a ser positivo. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** questionou se o Senhor Vereador Samuel Frazão teve oportunidade de analisar as explicações constantes do relatório do ROC – Revisor Oficial de Contas. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** respondeu que analisou a documentação que lhe foi enviada. Acrescentou que a gestão e a tomada de decisões cabem ao executivo com pelouros. As decisões são tomadas pelo conjunto do executivo, composto por sete membros, que exercem o seu poder deliberativo através do voto. _____

_____ Referiu que, enquanto membros que tiveram acesso à documentação dentro do prazo possível, procuraram fazer a melhor análise possível, tendo em conta o tempo disponível, que foi reduzido, conforme já mencionado. _____

_____ Sublinhou que as situações identificadas refletem preocupações que pretendem deixar, sobretudo com vista ao ano de dois mil e vinte e seis. Referiu que os dados evidenciam um aumento da dívida, na ordem dos 7.000.000,00€ (sete



milhões de euros), conforme consta da documentação, apontando para uma tendência de crescimento. _____

_____ Concluiu referindo que os membros da Assembleia Municipal poderão ter uma análise mais aprofundada, uma vez que, presumivelmente, terão tido mais tempo para apreciar a documentação. _____

_____ Seguidamente, o **Senhor Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Nuno Silva, para prestar esclarecimentos adicionais. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** explicou algumas questões relacionadas com o documento em análise, referindo que o relatório do ROC – Revisor Oficial de Contas é bastante específico e demonstra com clareza as matérias em causa. _____

_____ Salientou que o resultado líquido, sendo um indicador mais típico do setor empresarial privado, não assume exatamente o mesmo significado no contexto de uma Câmara Municipal. Acrescentou que, ao nível das contas, antes das amortizações e dos impostos, o Município apresentava um resultado positivo na ordem dos 1.600.000,00€ (um milhão e seiscentos mil euros). _____

_____ Esclareceu que o principal fator de impacto no resultado apresentado se prende com o valor das amortizações, que ascende a mais de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros). Referiu que este facto está diretamente relacionado com o aumento do ativo, o qual, sendo positivo, implica naturalmente um acréscimo das amortizações.

_____ Acrescentou ainda que o resultado é também influenciado pelo nível de investimento realizado e pela evolução da despesa com recursos humanos. Neste âmbito, destacou que o aumento verificado nos recursos humanos, na ordem de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), resulta maioritariamente de medidas legais definidas pelo Governo. _____

_____ Referiu, assim, que estes fatores — amortizações, investimento e encargos com pessoal — são determinantes para o resultado líquido apresentado. _____

_____ Relativamente à questão de saber se o resultado é preocupante, considerou que não, referindo que um resultado negativo na ordem de 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros) não constitui motivo de preocupação, atendendo a que este indicador é, em muitas autarquias, influenciado por investimentos e pelas respetivas amortizações, sendo comum a apresentação de resultados negativos por essa razão. _____

_____ No que diz respeito ao passivo, referiu que o seu aumento está igualmente relacionado com o investimento realizado, nomeadamente com o recurso a financiamento através de empréstimos. _____



_____ Por fim, relativamente à execução da receita, salientou que esta foi condicionada pelo facto de o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana não ter efetuado um pagamento previsto para o final do ano, o qual transitou para o ano seguinte. Indicou que esse valor virá a refletir-se nas contas como montante a receber, referindo que, caso esse pagamento tivesse ocorrido dentro do prazo esperado, a taxa de execução da receita teria sido superior. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara**, interrompeu o Senhor Vereador Nuno Silva, dizendo ainda que a matéria em causa consta de um dos três documentos discutidos durante cerca de duas horas com a Secretária de Estado da Habitação, salientando que o Município tem um total de mais de 7.000.000,00€ (sete milhões de euros) a receber. _____

_____ Acrescentou que existe a expectativa de que esses valores venham a ser recebidos nas próximas semanas ou meses, reconhecendo, contudo, que o Orçamento do Estado apresenta alguns constrangimentos, sendo que os institutos, em regra, apenas iniciam os pagamentos a partir de março ou abril. _____

_____ Referiu que o Município desenvolveu todos os esforços no sentido de receber, ainda em dezembro, os valores correspondentes a investimentos já realizados. A título de exemplo, indicou que, relativamente a seis habitações entregues em maio, ainda não foram recebidos cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros). Acrescentou que existem dezenas de projetos com verbas por receber, manifestando a convicção de que esses montantes serão pagos. _____

_____ Sublinhou ainda que a Lei das Finanças Locais impõe um conjunto de restrições aos municípios, o que considera adequado, obrigando à manutenção de uma situação de equilíbrio financeiro. Diferenciou esta realidade da necessidade de alavancar investimento, referindo, como exemplo, a candidatura ao Parque Empresarial, que espera venha a ser aprovada. Explicou que este tipo de investimento tem um efeito multiplicador, na medida em que a venda dos lotes permitirá recuperar o investimento realizado, possibilitando novos investimentos ou outras opções de gestão financeira. _____

_____ Reforçou que existem limites e regras claras decorrentes da Lei das Finanças Locais que o Município cumpre. Referiu ainda que o EBITDA da Câmara é real e positivo, destacando que a execução da receita se situa em níveis elevados, apenas não sendo superior devido a fatores que não são controláveis pelo Município. _____

_____ Acrescentou que não foi atingida a meta dos 85% de execução da receita, essencialmente porque, na última quinzena de dezembro, existia uma expectativa legítima de recebimento de investimentos realizados há vários meses, o que não se



concretizou. Considerou que esta situação resulta, em grande medida, do funcionamento da máquina do Estado, que classificou como tendo problemas de organização. _____

_____ Referiu ainda que a própria Câmara Municipal enfrenta também desafios ao nível da organização, embora considere que tem havido melhorias em várias áreas, existindo, no entanto, ainda diversos aspetos a resolver. Concluiu esta parte da intervenção com uma reflexão mais ampla, defendendo que uma maior organização é essencial para o desenvolvimento do país. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva**, retomando a palavra, referiu que o aumento verificado se prende essencialmente com o empréstimo de cerca de 4.700.000,00€ (quatro milhões e setecentos mil euros), associado ao investimento na obra do parque empresarial. Questionou, em termos retóricos, se tal investimento deveria ou não ter sido realizado, considerando que a resposta seria afirmativa. _____

_____ Esclareceu que foi este investimento que teve impacto no aumento do valor da dívida, não tendo existido outros fatores com peso significativo nesse crescimento, o que se reflete no aumento do passivo. _____

_____ Sublinhou, contudo, que se trata de um endividamento que considera bom, na medida em que se prevê que venha a ter um impacto favorável na economia do concelho. Acrescentou que, assim que se iniciar a venda dos lotes, o valor investido será progressivamente recuperado, sendo um dos objetivos dessa venda a amortização do empréstimo no mais curto prazo possível. _____

_____ Referiu ainda que esse processo será tanto mais célere quanto maior for a liquidez gerada pela venda dos lotes, podendo ser ainda mais rápido caso o projeto venha a beneficiar de financiamento. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** acrescentou que importa também esclarecer que o Município seguiu, ao longo dos últimos anos, uma trajetória de redução da dívida, referindo-se ao período anterior, ainda que sem precisar datas concretas. _____

_____ Explicou que, existindo capacidade de endividamento — a qual tem vindo a aumentar gradualmente — essa capacidade está sujeita a um conjunto de regras legais rigorosas. _____

_____ Destacou que a dívida contraída tem permitido alavancar investimento, nomeadamente na área da habitação a custos acessíveis, referindo tratar-se de um dos maiores investimentos per capita a nível nacional. Defendeu que este tipo de investimento se enquadra numa lógica de “investir para obter retorno”, considerando que é este o investimento que tem mérito e relevância. _____



_____ Referiu que, no seu entendimento, existe uma distinção entre “bom” e “mau” endividamento, sendo que o Município se enquadra no primeiro caso. Acrescentou que, atualmente, a atuação dos municípios está balizada por regras mais exigentes, ao contrário do que sucedia no passado, quando existia maior margem de decisão, o que levou algumas autarquias a situações financeiras difíceis. _____

_____ Sublinhou que tem sido uma preocupação constante manter uma gestão financeira prudente. No entanto, reforçou que a ausência de investimento compromete a possibilidade de retorno e de desenvolvimento do território, defendendo a necessidade de apostar em investimentos que permitam potenciar os recursos existentes. _____

_____ Deu como exemplo as creches de Bugalhos e de Monsanto, bem como a creche do Centro de Bem-Estar Social de Minde, referindo que estes projetos se encontram subfinanciados, com apoios do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, na ordem dos 30% a 40%. Indicou que reuniu com a Secretária de Estado, acompanhado pela Senhora Vereadora e pelo Presidente daquela instituição, manifestando a preocupação com esta situação. _____

_____ Referiu, contudo, que tem poucas expectativas quanto ao reforço do financiamento para estes projetos, questionando como é possível não cumprir os objetivos do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência nestas condições. Indicou que tem colocado esta questão junto das entidades competentes, sendo esta uma preocupação partilhada ao nível da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, uma vez que outros municípios enfrentam situações semelhantes, como Abrantes e Ourém.

_____ Defendeu que os autarcas devem atuar de forma concertada, reforçando a sua capacidade de intervenção junto da administração central, de modo a evitar situações que considera inadequadas e que têm impacto direto nos orçamentos municipais. _____

_____ Concluiu reiterando que, apesar destas dificuldades, o Município está sujeito a regras orçamentais que tem de cumprir rigorosamente. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** deu a palavra à Chefe da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Maria João Café, para prestar esclarecimentos adicionais. _____

_____ A **Dirigente da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Maria João Café**, explicou que o resultado líquido não depende apenas das despesas, mas também das receitas, referindo que, tal como mencionado pelo Senhor Presidente, existia a expectativa de recebimentos no final do ano que não se concretizou. _____



_____ Relativamente ao passivo não corrente, esclareceu que o aumento significativo verificado está associado ao volume de investimento realizado. Sublinhou que não se trata de aplicações financeiras exigíveis, mas sim de rendimentos ou reconhecimentos futuros. _____

_____ Acrescentou que esta situação decorre das participações recebidas de entidades no âmbito de projetos em curso, sendo os respetivos valores posteriormente imputados aos resultados, em função da valorização dos imóveis. Referiu que, embora se trate de um valor elevado, não corresponde a uma obrigação exigível. _____

_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** interveio para clarificar que não se trata de uma obrigação exigível no ano de dois mil e vinte e cinco, mas sim de obrigações distribuídas ao longo de vários anos, tendo a **Dirigente da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Maria João Café**, confirmado o esclarecimento prestado. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** referiu ser importante esta análise e reflexão conjunta. Indicou que, ao analisar o documento do Revisor Oficial de Contas, constatou que a dívida total do município, a um de janeiro, era de 7.300.000,00€ (sete milhões e trezentos mil euros), sendo a margem de endividamento, naquela data, de 5.100.000,00€ (cinco milhões e cem mil euros). _____

_____ Acrescentou que, face à dívida total em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no montante de 12.600.000,00€ (doze milhões e seiscentos mil euros), o município excedeu o seu limite de endividamento em cerca de 170.000,00€ (cento e setenta mil euros). Referiu, contudo, que o próprio ROC – Revisor Oficial de Contas alerta que, durante o ano de dois mil e vinte e seis, esse excesso deverá ser reduzido em pelo menos 10%. _____

_____ Salientou que a sua intervenção se enquadra no contexto atual e nas perspetivas futuras, nomeadamente no que respeita a algumas obras financiadas pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência. Referiu que já existem situações de obras que não foram concluídas como previsto e que, conforme já mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara em reuniões de Câmara, existe incerteza quanto ao financiamento futuro de alguns projetos. _____

_____ Colocou a questão de quem assumirá os encargos, manifestando a expectativa de que não venha a ser o município. Esclareceu que não pretende colocar em causa a atuação de qualquer executivo, passado, presente ou futuro, nem a cor política dos mesmos, reconhecendo que todos procuram fazer o melhor no exercício das suas funções. _____



_____ Recordou que o concelho já passou por períodos de elevado endividamento, tendo sido necessário um longo processo de recuperação, com impacto na capacidade de investimento. Manifestou a expectativa de que as decisões atuais sejam as mais adequadas para o futuro do concelho, sem colocar em causa essa intenção. _____

_____ Alertou, contudo, que, a prazo, o aumento da dívida poderá condicionar outros investimentos, nomeadamente em freguesias e em infraestruturas que constavam de compromissos assumidos, incluindo em campanha eleitoral, sublinhando que é impossível executar todos os projetos previstos, dado que os recursos financeiros são limitados. _____

_____ Referiu que, caso seja necessário recorrer ao financiamento bancário para fazer face a encargos associados ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, tal implicará um aumento da dívida, o que poderá originar novos condicionalismos e limitar a realização de outros investimentos. _____

_____ Expressou a expectativa de que exista controlo e acompanhamento rigoroso da situação, reconhecendo que existem técnicos qualificados no município para esse efeito, que atuam no âmbito das orientações da gestão em funções. _____

_____ Reiterou que não pretende colocar em causa o trabalho desenvolvido, tal como no passado também não foi questionada a gestão que conduziu ao aumento da dívida, embora essa situação tenha tido impacto em projetos futuros. _____

_____ Concluiu deixando uma reflexão no sentido de que, apesar de o investimento ser essencial para o desenvolvimento, nem sempre os resultados correspondem às expectativas. Referiu ainda que o próprio ROC – Revisor Oficial de Contas alerta para a necessidade de atenção à evolução da dívida, defendendo que deve existir o máximo rigor e controlo na gestão financeira. _____

_____ Acrescentou que partilha a preocupação relativamente ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, questão já abordada em reuniões de Câmara, existindo incerteza quanto às negociações em curso por parte do Governo. Considerou que, independentemente do enquadramento futuro, dificilmente o financiamento será integralmente a fundo perdido, existindo sempre encargos para o município, sendo necessário garantir a conclusão das obras e o pagamento aos fornecedores, evitando situações semelhantes às verificadas no passado. _____

_____ Por fim, referiu que, apesar de não ser especialista na área, tem experiência profissional enquanto consultor há catorze anos, adotando uma postura de prudência — “ver para crer” —, sublinhando que a informação recebida indica a



necessidade de especial atenção ao nível de endividamento do município e à sua evolução, apelando a um controlo rigoroso no âmbito da gestão. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** interveio para esclarecer os pressupostos considerados aquando da contratação do empréstimo, salientando que o objetivo é não exceder o limite legal de endividamento. Referiu que estes cálculos são efetuados em cada momento. _____

_____ Explicou que, quando foi contratualizado o empréstimo de 4.700.000,00€ (quatro milhões e setecentos mil euros), o processo foi presente a reunião de Câmara e Sessão da Assembleia Municipal, com a respetiva fundamentação relativa ao limite de endividamento, tendo sido posteriormente aprovado pelo Tribunal de Contas. _____

_____ Acrescentou que a situação em causa decorre de uma alteração na fórmula de cálculo entretanto introduzida. Referiu que, caso essa fórmula já estivesse em vigor à data, o valor do empréstimo a aprovar não seria de 4.700,000,00€ (quatro milhões e setecentos mil euros), mas, por exemplo, na ordem dos 4.550.000,00€ (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil euros), de acordo com os dados então fornecidos pelo Tribunal de Contas. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** colocou a questão de, no momento atual, se o município pretendesse contrair um novo empréstimo, por exemplo no valor de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), já não o poderia fazer, referindo tratar-se de uma questão relevante a considerar numa perspetiva de médio prazo. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara**, dirigindo-se ao Senhor Vereador Samuel Frazão, referiu que esse tipo de preocupações já foi anteriormente abordado.

_____ Esclareceu, em primeiro lugar, que os empréstimos contraídos antes de dois mil e nove não têm enquadramento comparável com o atual quadro legal. Em segundo lugar, referiu que a dívida existente à data da tomada de posse, em dois mil e vinte e um, apresentava relevância, tendo sido significativamente reduzida nos primeiros anos de mandato, incluindo o pagamento de um empréstimo de cerca de 3.000.000,00€ (três milhões de euros), contraído em dois mil e dezassete. _____

_____ Relativamente ao parque empresarial, reiterou tratar-se de um endividamento que considera “bom”, na medida em que permitirá gerar receita futura. Acrescentou que este projeto foi aprovado anteriormente, presumindo que terá contado com o voto favorável do executivo à data, observando que não faria sentido aprovar e posteriormente vir a criticar a mesma decisão. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** esclareceu que não se trata de uma crítica, mas sim de um alerta relativamente à questão do endividamento. _____



_____ O **Senhor Presidente da Câmara** prosseguiu referindo que a preocupação com a dívida é partilhada, sendo, no seu caso, dez vezes mais relevante enquanto responsável máximo pelo executivo. _____

_____ Sublinhou que o atual enquadramento legal, introduzido na sequência das reformas conduzidas durante o período de Vítor Gaspar, nomeadamente com a Lei dos Compromissos, veio estabelecer regras mais exigentes para a gestão financeira dos municípios, o que considera positivo, apesar dos constrangimentos associados. _____

_____ Referiu que, atualmente, os municípios já não podem atuar como no passado, existindo limites claros ao endividamento. Explicou que a capacidade de endividamento varia ao longo do tempo, em função de diversos fatores, como a receita, a despesa e outros indicadores financeiros, pelo que o valor admissível num determinado momento pode ser diferente em períodos posteriores. _____

_____ Acrescentou que a própria lei estabelece que, em cada ano, apenas pode ser utilizada uma percentagem da capacidade de endividamento disponível. Assim, o empréstimo contratado teve por base a capacidade existente à data, tendo obtido o respetivo visto do Tribunal de Contas. _____

_____ Reiterou que, no seu entendimento, se trata de um “bom” endividamento, questionando, em termos de reflexão, se a alternativa seria adiar o investimento no parque empresarial por um período prolongado. _____

_____ A **Dirigente da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Maria João Café**, informou que o mapa dos empréstimos corresponde ao documento número 35 da Prestação de Contas. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria, com três votos a favor e três abstenções:** Aprovadas as Contas do Ano de dois mil e vinte e cinco, em conformidade com a alínea i), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, as quais são constituídas pelo Relatório de Gestão e pelos Documentos acima referenciados, numerados de um a noventa e quatro, que inclui, para além dos Documentos referenciados no SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, também os Documentos conforme Instrução número um/dois mil e dezanove, do Tribunal de Contas, publicada no “Diário da República”, Segunda Série, número quarenta e seis, de seis de março de dois mil e dezanove, bem com os documentos constantes da Resolução número seis/dois mil e vinte e cinco do Tribunal de Contas, publicada no “Diário da República”, número trinta e um, Segunda Série, de treze de fevereiro de dois mil e vinte e seis. _____



_____ É também constituída pela Informação de Suspensão de Aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, conforme previsto no artigo nonagésimo sétimo, da Lei número cento e catorze/dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro. _____

_____ Todos os Documentos de Prestação de Contas que foram presentes nesta Reunião foram analisados pelos Membros do Executivo presentes, ficando devidamente arquivados em pasta própria, mais a Certidão da Ata da Reunião em que foram discutidas e aprovadas as Contas, ficando disponíveis para consulta, quando para tal forem solicitados. _____

_____ Deliberado, ainda, submeter os Documentos de Prestação de Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco à votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ Mais, foi deliberado enviar as Contas ao Tribunal de Contas, por via eletrónica, conforme Resolução número seis/dois mil e vinte e cinco do Tribunal de Contas, publicada no “Diário da República”, número trinta e um, Segunda Série, de treze de fevereiro de dois mil e vinte e seis. _____

_____ **Votaram a favor** os Senhores Vereadores Gabriel Feitor, Nuno Silva e o Senhor Presidente da Câmara. _____

_____ **Abstiveram-se** os Senhores Vereadores Samuel Frazão, Gorete Santos e Tiago Ancião. _____

_____ **1.3 - Regularização da expropriação de 32.636 m² adicionais na parcela A, B e C da DUP da obra pública denominada “Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela”. Documento referência 9114. Processo referência 2026/300.10.003/1. (Para deliberação)** _____

_____ Foi presente à Câmara Municipal a proposta referência 9114, de regularização da situação decorrente da expropriação de parcelas destinadas à obra pública denominada “Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela”, cuja utilidade pública foi declarada por despacho de quatro de março de mil novecentos e noventa e seis. No âmbito do respetivo processo de expropriação, verificou-se, após levantamento topográfico atualizado, que as áreas efetivamente ocupadas nas parcelas A, B e C excedem as inicialmente expropriadas, tendo esses excessos sido utilizados na mesma finalidade pública e integrando-se funcionalmente nas áreas já afetas ao domínio público municipal. _____

_____ Mais, foi referido que, tendo em conta os valores indemnizatórios pagos à data da expropriação e a necessidade de regularização da situação, as partes manifestaram vontade de resolver a questão por mútuo acordo, ao abrigo do disposto



no artigo vigésimo quarto do Código das Expropriações, fixando-se o montante global de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), já atualizado, a título de compensação pelos excessos de ocupação, excluindo-se do acordo áreas ocupadas posteriormente no âmbito da construção do parque de estacionamento. _____

_____ Nestes termos, foi proposta a submissão à Assembleia Municipal da minuta de acordo de regularização da expropriação das áreas adicionais, prevendo o pagamento da referida indemnização em duas prestações de igual montante. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** começou por defender que os Municípios deviam ser, acima de tudo, entidades de bem. Referiu que as negociações tinham sido iniciadas pelos seus antecessores, que não tinham qualquer responsabilidade sobre o assunto, até porque, na década de noventa, não havia processos automáticos de medição precisa das áreas, tendo-se chegado à conclusão de que a Câmara expropriara uma área bastante maior do que a fora dada como expropriada. Ao longo dos últimos quinze ou vinte anos, os juristas do Município tinham acompanhado aquele processo, sendo que, devendo os municípios ser entidades de bem, como começara por afirmar, e tendo sido expropriada uma área maior à que se dissera ir expropriar, havia que pagar o que não tinha sido pago. O proprietário queria aplicar os valores atuais, sendo legítimo que assim fosse, mas sendo complicado para o Município, do ponto de vista financeiro. Assim, decorreria uma negociação, tendo-se chegado a acordo quanto ao valor a pagar. Era óbvio que preferiria gastar esse valor noutras coisas, mas as câmaras tinham de pagar o que deviam. _____

_____ No uso da palavra, o **Senhor Vereador Nuno Silva** acrescentou que tinham acordado com o proprietário pagar uma parcela em dois mil e vinte e seis e outra só no ano seguinte. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** referiu tratar-se de um processo que se arrastava há vários anos, estando em causa um valor na ordem dos cento e cinquenta mil euros. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a proposta referência 9114, de regularização da situação decorrente da expropriação de parcelas destinadas à obra pública denominada “Centro de Interpretação das Nascentes do Alviela”, cuja utilidade pública foi declarada por despacho de quatro de março de mil novecentos e noventa e seis. _____

_____ Aprovado ainda submetê-la à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e condições propostos na minuta de acordo de regularização da



expropriação das áreas adicionais, e ao pagamento da indemnização global no montante de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros). _____

2 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

2.1 - Abertura de Concurso Público APR 01/2026 - Aquisição de Serviços de Seguros. Documento referência 7197. Processo referência 2026/300.10.005/435. (Para deliberação) _____

Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se propõe que se aprove o início do procedimento de Concurso Público APR número um/dois mil e vinte e seis - Aquisição de Serviços de Seguros. _____

A Senhora Vereadora Gorete Santos perguntou, relativamente à repartição plurianual, por que razão o valor do ano de dois mil e vinte e seis era de cento e nove mil euros, _____

A Dirigente da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Maria João Café, respondeu que esse valor tinha de ser dividido pelos meses. _____

A Senhora Vereadora Gorete Santos disse ter lido, na informação, que, em dois mil e vinte e seis, seriam seis meses. _____

A Dirigente da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Maria João Café, esclareceu que não poderia ser visto assim, porque existiam apólices que eram pagas mensalmente e outras trimestralmente, sendo com base nesses cálculos que se chegara àquele valor. A título de exemplo, referiu que as apólices referentes à frota eram pagas trimestralmente, acrescentando que poderia enviar-lhe os mapas com os cálculos, se assim o entendesse. _____

Deliberação, tomada por unanimidade: Aprovado todo o proposto na informação referência 7197, constante do processo referência 2026/300.10.005/435, nomeadamente: _____

1 - Autorizada a Abertura de Concurso Público APR número um/dois mil e vinte e seis - Aquisição de Serviços de Seguros, ao abrigo do disposto na alínea b), do número um do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho; _____

2 - Aprovadas as Peças do Procedimento: Minuta do Caderno de Encargos, e Programa do Concurso; _____

3 - Aprovado o preço base de 482.450,00€ (quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta euros), valor com IVA – Imposto sobre o Valor



Acrescentado à taxa legal em vigor incluído, com prazo de execução de 3 anos, com início a um de julho de dois mil e vinte e seis, com a seguinte repartição de encargos máximos: _____

Valor a compromissar em 2026 (iva incluído)	Valor máximo a compromissar em 2027 (iva incluído)	Valor máximo a compromissar em 2028 (iva incluído)	Valor máximo a compromissar em 2029 (iva incluído)	Total
109.945,83€	159.900,00€	162.312,50€	50.291,67€	482.450,00€

_____ Não adjudicação por lotes, considerando que se julga economicamente mais vantajoso a adjudicação do procedimento para a totalidade das apólices de seguros que se pretendem contratar, e a adjudicação por lote poderia levar a que em alguma das apólices não houvesse adjudicatário; _____

_____ 5 - Designados, como membros do Júri do Procedimento, os seguintes trabalhadores: _____

_____ Presidente – Carlos Miguel Costa Patrocínio, Técnico Superior da SGFPCO - Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental;

_____ Primeiro Vogal efetivo – Maria João Café Ferreira, Dirigente Intermédia de Terceiro Grau da SGFPCO - Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, que substituirá o presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos; _____

_____ Segundo Vogal efetivo – Filomena Isabel Gabriel Henriques, Técnica Superior da DDOGFP - Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial; _____

_____ Primeiro Vogal suplente – Luís Miguel Filipe Fernandes, Assistente Técnico da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental; _____

_____ Segundo Vogal suplente – Ana Carina Grilo Salgueiro, Técnica Superior da DDOGFP - Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial. _____

_____ 6 - Delegar no Júri as seguintes competências, previstas nos seguintes artigos do Código dos Contratos Públicos: _____

_____ - Artigo sexagésimo sexto, do CCP – Código dos Contratos Públicos – Proceder à classificação de documentos da proposta; _____

_____ 7 - Delegar no Senhor Presidente da Câmara as seguintes competências, previstas nos seguintes artigos do Código dos Contratos Públicos: _____



_____ - Artigo quinquagésimo do CCP – Código dos Contratos Públicos – Proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento; _____

_____ - Artigo quinquagésimo do CCP – Código dos Contratos Públicos – Pronunciar-se sobre os erros e omissões; _____

_____ - Artigo septuagésimo terceiro do CCP – Código dos Contratos Públicos – A decisão de adjudicação; _____

_____ - Artigo nonagésimo oitavo do CCP – Código dos Contratos Públicos – A aprovação da minuta de contrato e respetiva notificação ao adjudicatário; _____

_____ - Artigo centésimo sexto do CCP – Código dos Contratos Públicos – A representação na Outorga do Contrato. _____

_____ 8 - Designar, como Gestor do Contrato, ao abrigo do disposto no número um, do artigo ducentésimo nono-A, do CCP – Código dos Contratos Públicos: _____

_____ - Carlos Miguel Costa Patrocínio, Técnico Superior da SGFPCO - Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental e, nas suas faltas e impedimentos, Filomena Isabel Gabriel Henriques, Técnica Superior da DDOGFP - Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial; _____

_____ A autorização da repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais inerentes ao procedimento, foi aprovada pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada em dezassete de dezembro de dois mil e vinte e cinco, na qual deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, desde que os seus encargos não excedam o limite de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. _____

_____ 2.2 - Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena - Ano dois mil e vinte e seis - Criação de vários postos de trabalho, e ajustamentos ao Mapa. Documento referência 9103. Processo referência 2026/150.20.200/7. (Para deliberação) _____

_____ Foi presente à Câmara Municipal a proposta referência 9103, referente à segunda alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena para o ano de dois mil e vinte e seis, instrumento estruturante de planeamento e gestão dos recursos humanos, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número trinta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de junho. _____

_____ O Mapa de Pessoal, enquanto instrumento que reflete as necessidades permanentes e temporárias dos serviços municipais, deve assegurar a adequada



articulação entre a missão do Município, as suas atribuições, a organização interna dos serviços e os recursos financeiros disponíveis. Neste contexto, e considerando o disposto nos artigos vigésimo oitavo e vigésimo nono da referida lei, bem como no Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de setembro, torna-se necessário proceder à sua atualização sempre que ocorram alterações que o justifiquem. _____

_____ A presente proposta decorre de um conjunto de fatores que têm vindo a influenciar significativamente a atividade municipal, designadamente o reforço de competências resultante dos processos de descentralização administrativa, o aumento do volume e da complexidade dos procedimentos técnicos e administrativos, bem como o acréscimo de exigências ao nível da fiscalização municipal e do funcionamento dos serviços. Acresce ainda a necessidade de assegurar a continuidade, qualidade e eficiência dos serviços prestados à população, bem como de garantir uma adequada resposta às áreas da educação, ação social, manutenção de equipamentos e apoio operacional. _____

_____ Neste âmbito, propõe-se a criação de doze postos de trabalho, distribuídos por várias unidades orgânicas, designadamente nas áreas da fiscalização municipal, apoio operacional, educação, ação social e nutrição, incluindo diferentes modalidades de vínculo, quer por tempo indeterminado, quer por tempo incerto, devidamente fundamentadas face às necessidades permanentes e temporárias identificadas. _____

_____ Paralelamente, a proposta contempla um conjunto de ajustamentos ao Mapa de Pessoal, com vista à correção de lapsos materiais, à atualização da situação dos postos de trabalho (designadamente quanto à sua ocupação), à extinção de lugares cuja manutenção deixou de se justificar e à adequação de áreas funcionais, assegurando a coerência entre o instrumento de planeamento e a realidade organizacional do Município. Foram ainda considerados ajustamentos decorrentes de procedimentos concursais em curso ou a iniciar, garantindo o alinhamento entre as necessidades identificadas e os recursos humanos disponíveis. _____

_____ Do ponto de vista financeiro, foi demonstrado que a criação e ajustamento dos postos de trabalho propostos se encontram devidamente enquadrados no orçamento municipal, respeitando os limites legais aplicáveis à despesa com pessoal e assegurando a sua sustentabilidade futura, mediante a reafetação de verbas existentes e a adequada gestão das rubricas orçamentais. _____

_____ Assim, a presente alteração visa garantir um Mapa de Pessoal atualizado, coerente e ajustado às necessidades efetivas do Município, constituindo um



instrumento essencial para uma gestão eficiente, responsável e sustentável dos recursos humanos. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada, de acordo com o disposto nos artigos vigésimo oitavo e vigésimo nono da LTFP - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei número trinta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de junho, a Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alcanena para o ano de dois mil e vinte e seis, incluindo a criação dos doze postos de trabalho e os ajustamentos constantes da mesma. _____

_____ Mais, foi deliberado submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, conjugado com a alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, ambos do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e com a alínea a), do número dois, do artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de setembro. _____

_____ **2.1 - SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL** _____

_____ **2.1.a - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de um de novembro de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 7903. Processo referência 2026/150.20.400/2. (Para conhecimento)** _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos no período de um de novembro de dois mil e vinte e cinco a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no âmbito da LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. _____

_____ Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento, nos termos da lei. _

_____ **2.1.b - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período um de janeiro de dois mil e vinte e seis a trinta e um de março de dois mil e vinte e seis. Documento referência 8017. Processo referência 2026/150.20.400/3. (Para conhecimento)** _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos no período de um de janeiro de dois mil e vinte e seis a trinta e um de março de dois mil e vinte e seis, no âmbito da LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. _____

_____ Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento, nos termos da lei. _



_____ **2.1.c - Posição dos Cabimentos, Compromissos, Ordens de Pagamento e Pagamentos - Período de vinte e oito de março a dez de abril de 2026. Documento referência 8702. Processo referência 2026/300.50.400/1. (Para conhecimento)** _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento da listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Posição dos Cabimentos, Compromissos, Ordens de Pagamento e Pagamentos, no período de vinte e oito de março a dez de abril de dois mil e vinte e seis. _____

_____ **2.1.d - Resumo Diário de Tesouraria do dia útil anterior à presente reunião. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião o Resumo Diário de Tesouraria, datado de dezassete de abril de dois mil e vinte e seis, o qual acusa um saldo de 3.002.911,87€ (três milhões, dois mil, novecentos e onze euros e oitenta e sete centavos), sendo 2.122.061,16€ (dois milhões, cento e vinte e dois mil, sessenta e um euros e dezasseis centavos) de operações orçamentais e 880.850,71€ (oitocentos e oitenta mil, oitocentos e cinquenta euros e setenta e um centavos) de operações não orçamentais.

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Resumo Diário de Tesouraria, datado de dezassete de abril de dois mil e vinte e seis, o qual acusa um saldo de 3.002.911,87€ (três milhões, dois mil, novecentos e onze euros e oitenta e sete centavos), sendo 2.122.061,16€ (dois milhões, cento e vinte e dois mil, sessenta e um euros e dezasseis centavos) de operações orçamentais e 880.850,71€ (oitocentos e oitenta mil, oitocentos e cinquenta euros e setenta e um centavos) de operações não orçamentais. _____

_____ **2.1.e – Segunda Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, e das Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte e seis. Documento referência 9280. Processo referência 2026/350.10.001/2. (Para deliberação)** _____

_____ Foi presente a proposta referência 9280, relativa à Segunda Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e vinte e seis, bem como às Grandes Opções do Plano, acompanhada do respetivo enquadramento legal. _____

_____ Nos termos do ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, e em conformidade com o disposto na alínea c) do ponto 8.3.1.4, as modificações orçamentais podem revestir a forma de revisão do orçamento. _____

_____ Mais se verifica que, de acordo com o previsto na alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as revisões às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento. _____



_____ A presente revisão contempla, no Orçamento da Receita, a inscrição do montante de 356.619,00€, (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e dezanove euros) na rúbrica 10.03.01.09 – Estado Calamidade, ao abrigo do Despacho número 4842-A/2026, de catorze de abril, correspondente à transferência efetuada pela Direção-Geral das Autarquias Locais, no âmbito da situação de calamidade decretada pela Resolução do Conselho de Ministros número quinze-B/dois mil e vinte e seis, de trinta de janeiro, posteriormente prorrogada e alargada, conforme notificação recebida.

_____ No Orçamento da Despesa, através das Grandes Opções do Plano, procede-se à inscrição do projeto 01.121.2026/6 – Estado Calamidade, contemplando ações destinadas a reparações em estradas, arruamentos e outras infraestruturas, edifícios municipais, jardins de infância e escolas, tendo em consideração o levantamento efetuado às condições existentes. _____

_____ É ainda considerada a inscrição no projeto 02.246.2025/70 – Centro Ciência Viva, designadamente a ação relativa à aquisição de terrenos. _____

_____ Em termos globais, a presente Revisão Orçamental traduz-se num reforço do valor de 356.619,00€ (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e dezanove euros), quer no Orçamento da Receita, quer no Orçamento da Despesa. _____

_____ **O Senhor Vereador Nuno Silva** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto, aludindo ao ofício recebido da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais relativo a um adiantamento, no valor de cerca de trezentos e cinquenta e seis mil euros. _____

_____ **A Dirigente da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Maria João Café**, acrescentou que tinha também sido enquadrada a questão dos Olhos de Água, tendo a **Senhora Vereadora Gorete Santos**, relativamente a essa questão, perguntado se se tinha tratado de troca de rubricas, ao que a **Dirigente da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental** respondeu afirmativamente. _____

_____ **O Senhor Vereador Nuno Silva** disse que tinham feito uma repartição entre estradas, edifícios municipais, jardins de infância e escolas, sendo, depois, mais fácil efetuar trocas entre essas rúbricas, caso houvesse necessidade. _____

_____ **A Dirigente da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Maria João Café**, acrescentou que só se podia aumentar o orçamento quando se tratava de receitas não previstas, como tinha sido o caso, e só mesmo no valor correspondente. _____



_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a Segunda Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa de dois mil e vinte e seis e às Grandes Opções do Plano. _____

_____ Mais se deliberou submeter a presente revisão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ **3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL** _____

_____ **3.1 - Proposta de arrecadação de receita no âmbito do Serviço Público de Transporte de Passageiros Flexível (Transporte a Pedido) no Concelho de Alcanena. Documento referência 8288. Processo referência 2026/350.30.001/168. (Para deliberação)** _____

_____ Foi presente à Câmara Municipal a proposta referência 8288, relativa à autorização de arrecadação de receita no âmbito do Serviço Público de Transporte de Passageiros Flexível, designado “meioE”, recentemente implementado no concelho de Alcanena. _____

_____ Este serviço insere-se numa estratégia municipal de reforço da rede de transporte público, assente numa solução flexível, ecológica e de proximidade, destinada a assegurar a mobilidade da população, em especial nas freguesias de baixa densidade populacional. O serviço funciona mediante reserva prévia, com percursos adaptáveis à procura, garantindo a ligação a serviços essenciais, como o Centro de Saúde, o Mercado e os serviços municipais, contribuindo simultaneamente para a coesão territorial e para a promoção da inclusão social. _____

_____ O projeto teve início a dezassete de março de dois mil e vinte e seis, no âmbito de um contrato interadministrativo de serviço público de transporte de passageiros flexível, assumindo o Município o papel de autoridade de transportes, nos termos do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros. _____

_____ Do ponto de vista legal, a presente proposta encontra enquadramento na Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, no Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (Lei número cinquenta e dois/dois mil e quinze) e no Decreto-Lei número sessenta/dois mil e dezasseis, de oito de setembro, que regula especificamente os serviços de transporte flexível, bem como no Regulamento de Taxas e Licenças do Município. _____

_____ Nos termos do contrato celebrado, a receita tarifária do serviço reverte para o Município, tendo sido previamente aprovadas as tarifas aplicáveis, designadamente bilhete simples, títulos multiviagem e regimes de gratuidade ou



redução tarifária para determinados grupos, assegurando-se critérios de acessibilidade e equidade social. _____

_____ O modelo de funcionamento do serviço assenta numa lógica simplificada e adaptada às necessidades da população, com reserva obrigatória, emissão de bilhética a bordo e pagamento em numerário, garantindo simultaneamente mecanismos de controlo e transparência, através do cruzamento de dados entre o sistema de reservas e a emissão de bilhetes, bem como do cumprimento das normas de controlo interno relativas à entrega e prestação de contas da receita arrecadada. ____

_____ Neste contexto, e considerando que a receita proveniente da venda de bilhética constitui receita própria do Município, importa formalizar a respetiva autorização de arrecadação, assegurando o adequado enquadramento legal, financeiro e contabilístico do serviço. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Autorizada a arrecadação de receita proveniente da venda de bilhética no âmbito do Serviço Público de Transporte de Passageiros Flexível (Transporte a Pedido) no concelho de Alcanena, ao abrigo do disposto na Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, na Lei número cinquenta e dois/dois mil e quinze, de nove de junho, no Decreto-Lei número sessenta/dois mil e dezasseis, de oito de setembro, e no Regulamento de Taxas e Licenças do Município. _____

_____ **4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO** _____

_____ **4.1 - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Alcanena e Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila Moreira – Relatório de Ponderação do Período de Discussão e Versões Finais. Documento referência 8464. Processo referência 2025/150.10.400/1. (Para deliberação)** _____

_____ Foi presente a informação referência 8464, relativa aos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) das Operações de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemáticas das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Alcanena e de Vila Moreira, acompanhada do respetivo enquadramento legal. _____

_____ O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, na sua redação atual, estabelece o regime aplicável à delimitação das áreas de reabilitação urbana, bem como à aprovação e execução das respetivas operações de reabilitação urbana, enquanto instrumentos de intervenção territorial de iniciativa municipal. _____



_____ Nos termos do referido diploma, compete aos municípios promover a delimitação das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana e definir a forma de execução das operações de reabilitação urbana, podendo estas revestir natureza simples ou sistemática, sendo que, neste último caso, implicam uma intervenção integrada e estruturada, suportada por um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. _____

_____ No caso em apreço, foram elaborados os Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana relativos às ORU – Operações de Reabilitação Urbana Sistemáticas das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana de Alcanena e de Vila Moreira, tendo os mesmos sido submetidos a período de discussão pública, nos termos legais, entre vinte de fevereiro e vinte e um de março de dois mil e vinte e seis, após publicação do respetivo aviso em Diário da República. _____

_____ Durante o referido período, foi igualmente promovida uma sessão pública de apresentação dos documentos, tendo sido assegurada a participação dos interessados. Não foram, contudo, rececionados contributos externos, tendo apenas sido considerados os contributos internos da equipa técnica municipal, posteriormente integrados nas versões finais dos documentos. _____

_____ Foi ainda solicitado parecer ao IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, tendo sido emitidos pareceres favoráveis relativamente a ambos os PERU – Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana. _____

_____ As versões finais dos documentos incorporam ajustamentos pontuais de natureza clarificadora, designadamente no que respeita à continuidade de ações já em curso, à articulação estratégica das intervenções e à atualização dos cronogramas das ações prioritárias, garantindo a coerência interna dos documentos e a sua conformidade com o enquadramento legal aplicável. _____

_____ Encontra-se igualmente elaborado o Relatório de Ponderação do Período de Discussão Pública, o qual sistematiza os contributos considerados no âmbito do procedimento. _____

_____ Face ao exposto, conclui-se que os documentos se encontram devidamente consolidados, reunindo condições para prosseguirem para as fases subsequentes do procedimento. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** procedeu ao enquadramento do assunto, referindo que a ARU – Área de Reabilitação Urbana de Alcanena já tinha sido convertida em PERU – Plano Estratégico de Reabilitação Urbana, o que, para além de ser necessário para questões de financiamento, dotava o Município de um instrumento para intervir no território. Tratavam-se de intervenções que não eram feitas “de um dia para o outro”, sendo que, seguramente, muitas seriam realizadas por futuros



executivos municipais. Era, no entanto, necessário perspetivar o futuro. A título de exemplo, referiu a desorganização de toda a zona industrial de Vila Moreira, que seria necessário requalificar. A par do casco histórico de Alcanena e de um conjunto de intervenções já iniciado, era importante ter um conjunto de instrumentos de planeamento à disposição do Município, que permitiria agilizar processos, uma vez que aqueles instrumentos dotavam os Municípios de maior poder de intervenção no território, sem terem de ficar reféns de burocracias da administração central. Seriam efetuadas intervenções na urbe de Alcanena e de Vila Moreira, no sentido de se reorganizar um conjunto de coisas que achavam necessário reorganizar, voltando a salientar que se tratavam de processos morosos e voltando a defender que era necessário olhar para o território no sentido de o repensar e de respeitar as linhas de água, entre outros aspetos. _____

_____ Prosseguiu o **Senhor Presidente da Câmara** defendendo que se tratava de um documento que, pela sua importância, precisava da atenção de todos, ainda que a adesão das pessoas ao processo de consulta pública tivesse sido péssima, lembrando a realização de sessões públicas à sexta-feira, ao final do dia, com a presença dos técnicos da Câmara. Lamentava essa fraca participação pública, uma vez que, no seu entender, aquele processo merecia o envolvimento ativo da população, até para se perceber que caminhos teriam de trilhar para o futuro, que urbes queriam e que vilas se queiram no futuro, devendo olhar-se para as melhores práticas europeias. Ironizou que poderiam continuar a discutir assuntos do burgo em vez de um assunto daquela importância, que poderia permitir que o concelho fosse uma referência, não a nível nacional, mas a nível europeu. Do seu ponto de vista, gostaria que houvesse essa ambição, mas não sabia se tal iria, alguma vez, verdadeiramente acontecer, pelo menos na medida em que gostaria que acontecesse. Esclareceu que aquele era apenas um desabafo pessoal, pedindo que não o levassem a mal. _____

_____ Relativamente ao assunto em apreço, o **Senhor Vereador Samuel Frazão** reconheceu o desabafo do Senhor Presidente da Câmara como um bom desabafo. Fosse no concelho de Alcanena ou em qualquer outro, infelizmente, a participação das pessoas naquele tipo de assuntos não era muita. Sabiam que, por vezes, os documentos eram pesados. no caso concreto, eram quatrocentas páginas, que não seriam de fácil análise por todas as pessoas, ainda que tivessem decorrido as sessões públicas. Não sabia, por isso, o que mais poderia ser feito para que as pessoas participassem mais, sugerindo que se tentasse ver junto dos serviços ou que se tentassem inserir as sessões em eventos culturais com impacto nas freguesias em



questão ou, ainda, a criação de newsletters. Na sua opinião, aquele era um assunto que, pelo seu interesse, merecia ser analisado, sendo que a população também gostava de ser ouvida e também gostava de conhecer os assuntos, os bons e os menos bons, gostando de estar envolvida. Lamentava, por isso, a fraca adesão da população naquele processo. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** afirmou que, em Vila Moreira, a sessão tinha funcionado, tendo havido uma boa adesão por parte da população, ao contrário do que sucedera em Alcanena. Noutras situações, como fora a discussão dos parques verdes de Alcanena, Minde e Moitas Venda, houvera uma grande participação da população que vivia na zona norte de Alcanena, que o tinha, inclusive, surpreendido positivamente, pensando que esse envolvimento se devia ao facto de se estar a discutir o ar e quase a casa das pessoas. A participação em Alcanena, sobre o Parque das Oliveiras, tinha sido superior à de Minde, relativa ao Parque das Saramagas, o que o surpreendera. Também em Moitas Venda, na discussão do Parque do Sobreiro, a participação tinha sido bastante positiva. Considerava essa participação positiva, pois, a seu ver, o projeto tinha ficado bastante melhor com o envolvimento das pessoas. _____

_____ Concluiu o **Senhor Presidente da Câmara**, defendendo que havia deveres de cidadania que, infelizmente, não eram exercidos, ainda que essa situação pudesse ser trabalhada, desde o banco das escolas, devendo estas também trabalhar melhor essas questões. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Senhora Vereadora Gorete Santos**, afirmando ter estado na segunda sessão realizada em Minde, tendo ficado com a ideia de que tinham ficado de dar o feedback às pessoas. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que esse feedback tinha sido dado na terceira sessão, com a aprovação do Estudo Prévio, seguindo-se o projeto de execução. _____

_____ **A Senhora Vereadora Gorete Santos** perguntou se essa informação não deveria ter sido enviada por email, uma vez que se tinha procedido à recolha dos contactos de email dos participantes. _____

_____ **O Senhor Vereador Nuno Silva** esclareceu que a apresentação tinha sido efetuada na terceira sessão, onde fora apresentado o estudo prévio. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** acrescentou que os estudos prévios estavam aprovados, faltando arranjar dinheiro. _____

_____ **A Senhora Vereadora Gorete Santos** disse que era essa a questão que iria colocar de seguida, quando teriam início as obras. _____



_____ Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** informou que ainda não tinham o projeto de execução, pelo que nem sequer poderiam ainda lançar o concurso, acrescentando que nem sequer aquele projeto tinha sido contemplado em orçamento para aquele ano, sendo bom sinal de que tal sucedesse no ano seguinte. Era sinal de que havia dinheiro. A questão era que, se não fossem proactivamente à procura, tinham de gerir o dinheiro que tinham, que era muito pouco. Contudo, quando se ia à procura de dinheiro, era necessário ter projetos de altíssima qualidade e altamente diferenciadores, pois era isso que fazia a diferença e era precisamente isso que tentava explicar, mas com alguma dificuldade. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Relatório de ponderação do período de discussão pública dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana das ORU – Operações de Reabilitação Urbana das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana de Alcanena e de Vila Moreira, em anexo à informação referência 8464; _____

_____ Aprovadas as delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana de Alcanena e de Vila Moreira, em simultâneo com as respetivas Operações de Reabilitação Urbana através de instrumento próprio, traduzidas nos respetivos Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Alcanena e do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila Moreira, nas suas versões finais, nos termos do número dois do artigo sétimo do RJUR – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana; _____

_____ Submeter os referidos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo décimo terceiro do RJUR – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana; _____

_____ Determinado que, após aprovação pela Assembleia Municipal, o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Alcanena e o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila Moreira sejam publicados, sob a forma de aviso, no Diário da República, segunda série, e divulgados na página eletrónica do município, conforme previsto no artigo décimo sétimo, número cinco, do RJUR – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, garantindo-se a respetiva eficácia externa; _____



_____ Mais, foi deliberado o envio, por via eletrónica, ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., de cópia do aviso publicado na segunda série do Diário da República com a publicitação do ato de aprovação simultânea pela Assembleia Municipal de Alcanena, da alteração à delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana de Alcanena e da respetiva ORU – Operação de Reabilitação Urbana, conforme previsto no número dois do artigo sétimo do RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. _____

_____ 4.2 - Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Bugalhos, Moitas Venda, Monsanto e Serra de Santo António. Documento referência 8873. Processo referência 2026/150.10.400/2. (Para deliberação) _____

_____ Foi presente a informação referência 8873, que informa que no âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, na sua redação atual, foi presente à Câmara Municipal a informação relativa à necessidade de revisão e redefinição das delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) das freguesias de Bugalhos, Moitas Venda, Monsanto e Serra de Santo António. _____

_____ Da informação apresentada resulta que as referidas ARU – Áreas de Reabilitação Urbana foram anteriormente delimitadas e aprovadas em Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na sessão ordinária realizada em vinte e um de abril de dois mil e vinte e três, tendo sido publicadas através do Aviso número 10878/2023, no Diário da República, segunda série, número cento e sete, de dois de junho de dois mil e vinte e três, com um período de vigência de três anos, atualmente em fase de caducidade. _____

_____ Verifica-se que, durante o período de vigência das delimitações em causa, não foi promovida qualquer Operação de Reabilitação Urbana (ORU), nos termos previstos no artigo décimo quinto do RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, nem na modalidade simples nem sistemática, o que determina a necessidade de proceder à revisão das delimitações existentes, assegurando a continuidade do enquadramento jurídico necessário à prossecução das políticas municipais de reabilitação urbana. _____

_____ A proposta apresentada sustenta-se na manutenção de uma estratégia municipal alinhada com os objetivos estruturantes do RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, promovendo uma abordagem integrada do planeamento urbano, com especial enfoque na requalificação do edificado, valorização do património, melhoria das condições de habitabilidade, reforço das acessibilidades, sustentabilidade ambiental e dinamização socioeconómica do território. _____



_____ Mais se evidencia a importância da continuidade destas áreas enquanto instrumento fundamental para a atribuição de benefícios fiscais e incentivos à reabilitação, bem como para a implementação de mecanismos legais de responsabilização dos proprietários quanto ao estado de conservação dos imóveis. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** deu também conhecimento da informação técnica referência 9370, datada de vinte de abril de dois mil e vinte e seis, referente ao enquadramento jurídico relativo à aplicação da taxa reduzida de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) no âmbito das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) do concelho de Alcanena, em particular no que respeita às ARU – Áreas de Reabilitação Urbana que não dispõem de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) aprovada. _____

_____ Da referida informação resulta que o concelho dispõe de ARU – Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas para todas as sedes de freguesia, verificando-se, contudo, que apenas parte dessas áreas possui ORU – Operações de Reabilitação Urbana formalmente aprovadas, encontrando-se outras — designadamente Bugalhos, Monsanto, Moitas Venda e Serra de Santo António — ainda sem esse instrumento associado. _____

_____ Mais se esclarece que as delimitações atualmente em vigor foram aprovadas em dois mil e vinte e três, em contexto normativo distinto do atual, tendo, entretanto, sido proferido o Acórdão número três/dois mil e vinte e seis do Supremo Tribunal Administrativo, de dezassete de março de dois mil e vinte e seis, com força uniformizadora de jurisprudência, o qual veio estabelecer que a aplicação da taxa reduzida de 6% de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado às empreitadas de reabilitação urbana depende cumulativamente da localização do imóvel em ARU – Área de Reabilitação Urbana e da existência de ORU – Operação de Reabilitação Urbana previamente aprovada para essa mesma área. _____

_____ Este entendimento veio afastar a interpretação anteriormente adotada, segundo a qual a mera inclusão em ARU – Área de Reabilitação Urbana seria suficiente para efeitos de acesso ao referido benefício fiscal, determinando, assim, uma alteração relevante no enquadramento jurídico aplicável. _____

_____ Na sequência desta orientação jurisprudencial, os serviços municipais passaram a restringir a emissão de declarações para efeitos de aplicação da taxa reduzida de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado exclusivamente às ARU – Áreas de Reabilitação Urbana com ORU – Operação de Reabilitação Urbana aprovada, prevenindo riscos de natureza fiscal, designadamente no âmbito de eventuais ações inspetivas por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira. _____



_____ Acresce que as novas delimitações das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana atualmente em fase de aprovação já refletem este enquadramento legal, não contemplando, no capítulo dos benefícios fiscais, a possibilidade de aplicação da taxa reduzida de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado prevista na verba 2.23 da Lista I anexa ao Código do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, no caso das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana sem ORU – Operação de Reabilitação Urbana. _____

_____ Não obstante, mantém-se a possibilidade de aplicação da taxa reduzida de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, ao abrigo da verba 2.27 da Lista I do Código do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, desde que verificados os respetivos pressupostos legais, tratando-se de um regime autónomo e independente da existência de ARU – Área de Reabilitação Urbana ou ORU – Operação de Reabilitação Urbana. _____

_____ Face ao exposto, a informação técnica apresentada assume natureza meramente informativa, visando assegurar o adequado esclarecimento do enquadramento jurídico e fiscal aplicável, bem como garantir a transparência e conformidade legal dos instrumentos a submeter a deliberação. _____

_____ Face ao exposto, e considerando que se encontram reunidos os pressupostos legais para o efeito, foi submetida à apreciação da Câmara Municipal a proposta de aprovação das novas delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana das freguesias de Bugalhos, Moitas Venda, Monsanto e Serra de Santo António, bem como a subsequente remessa à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos do disposto nos artigos sétimo e décimo terceiro do RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto, afirmando que não poderiam deixar cair as ARU – Áreas de Reabilitação Urbana existentes, que teriam de passar, posteriormente e de forma planeada, a ORU – Operações de Reabilitação Urbana. De momento, era importante não deixar cair as ARU – Áreas de Reabilitação Urbana, de forma a não inviabilizar algum eventual financiamento naqueles territórios. _____

_____ **O Senhor Vereador Nuno Silva** prestou também alguns esclarecimentos sobre o assunto, designadamente no que concerne à informação técnica referência 9370, datada de vinte de abril de dois mil e vinte e seis. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Relativamente à informação técnica referência 8873, foi deliberado: _____

_____ 1 - Aprovar, nos termos do disposto nos números um e dois do artigo décimo terceiro do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, as delimitações das



Áreas de Reabilitação Urbana de Bugalhos, Moitas Venda, Monsanto e Serra de Santo António, conforme consta dos documentos anexos à presente informação, que dela fazem parte integrante; _____

_____ 2 - Submeter a presente proposta e respetivos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal; _____

_____ 3 - Promover, nos termos do número quatro do artigo décimo terceiro do RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, a publicação do ato de aprovação das delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana na segunda série do Diário da República, bem como a sua divulgação na página eletrónica do Município e nos demais meios institucionais adequados; _____

_____ 4 - Remeter, nos termos do número cinco do artigo décimo terceiro do RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., por via eletrónica, o ato de aprovação das delimitações das referidas Áreas de Reabilitação Urbana. _____

_____ 5 – Mais, deliberou que as referidas delimitações terão um prazo de vigência de três anos, nos termos do disposto no número um do artigo décimo quinto do RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. _____

_____ Da informação técnica apresentada, referência 9370, foi deliberado: _____

_____ 1 - Tomar conhecimento do enquadramento jurídico e fiscal relativo à aplicação da taxa reduzida de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, no âmbito das Áreas de Reabilitação Urbana, nos termos expostos na presente informação; _____

_____ 2 - Reconhecer que, nas ARU – Áreas de Reabilitação Urbana que não dispõem de Operação de Reabilitação Urbana aprovada, não é legalmente admissível a aplicação da taxa reduzida de 6% de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, ao abrigo da verba 2.23 da Lista I do Código do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, em conformidade com a jurisprudência uniformizada do Supremo Tribunal Administrativo; _____

_____ 3 - Determinar que a presente informação técnica acompanhe os procedimentos de aprovação das delimitações das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana em causa, assegurando a devida transparência quanto ao respetivo enquadramento fiscal; _____

_____ 4 - Dar conhecimento da presente informação à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos. _____

_____ 5 - Reafirmar o compromisso do Município com o rigoroso cumprimento das normas legais e da jurisprudência aplicável, prevenindo a criação de expetativas



infundadas quanto a benefícios fiscais e mitigando potenciais riscos fiscais futuros, quer para os munícipes, quer para o próprio Município. _____

5 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS _

5.1 - Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da Obra (PSSO) - Emp_DPGOM_2025_16_ Eficiência Energética da Piscina de Alcanena. Documento referência 8657. Processo referência 2025/300.10.001/17. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião, para aprovação, o Plano de Segurança e Saúde para a Execução da Obra (PSSO), da Emp_DPGOM_2025_16_ Eficiência Energética da Piscina de Alcanena. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** informou que a empreitada da eficiência energética da Piscina Municipal de Minde estava prestes a terminar, malgrado os grandes atrasos que sofrera. Iria, então, avançar a obra na Piscina Municipal de Alcanena, ao abrigo do programa Portugal 2030, esperando que esta corresse melhor do que a obra da Piscina de Minde. Saliu que aquele era mais um investimento que se pagava, tratando-se de um investimento participado, sendo que, no âmbito dessa comparticipação, o dinheiro que a câmara iria poupar em meia dúzia de anos, ou menos, dava para pagar o valor correspondente à componente nacional. A seu ver, era um investimento com mérito, que iria baixar as despesas correntes do Município. Era esse o grande desafio – investir para conseguir reduzir as despesas correntes. Era, por isso, preciso perceber os custos que se tinham, para se poder investir, de forma a baixar esses custos. _____

_____ A propósito, informou que estavam a ser equacionadas duas CER – Comunidades de Energia Renovável no concelho de Alcanena, uma no âmbito da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e outra do próprio Município. _____

_____ A obra da Piscina de Alcanena não era apenas de eficiência energética, uma vez que o equipamento precisava de outro tipo de investimentos. Tinham vindo a ser efetuados alguns, mas tratava-se de um investimento pesado, de acessibilidade e de renovação total do tanque interior, que já tinha alguns anos, e para cuja intervenção estavam com alguma dificuldade em conseguir financiamento. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Plano de Segurança e Saúde para a execução da Emp_DPGOM_2025_16_ Eficiência Energética da Piscina de Alcanena, nos termos do Decreto-Lei número duzentos e setenta e três/dois mil e três, de vinte e nove de outubro, condicionado ao envio, por parte da Entidade Executante, dos elementos para completar o DPSSO com registos, relatórios



mensais e eventuais documentos solicitados pela Coordenação de Segurança em Obra, no decorrer da empreitada, passando a integrar o plano de segurança e saúde para a execução da obra; _____

_____ Deliberado ainda: _____

_____ a) Dar conhecimento do plano de segurança e saúde, aprovado condicionalmente, à entidade executante Termotérmica, Instalações Especiais, Limitada, nos termos e para os efeitos do número três do artigo décimo segundo do Decreto-Lei número duzentos e setenta e três/dois mil e três, de vinte e nove de outubro e ainda para efeitos de contagem do prazo fixado para a execução da obra de acordo com o número quatro do artigo décimo segundo do referido diploma; _____

_____ b) Que, após aprovação do DPSSO, a comunicação pelo CSO à ACT-Autoridade para as Condições de Trabalho da abertura do estaleiro, através do preenchimento de modelo próprio disponível no site da ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, que será acompanhado das respetivas declarações anexas aplicáveis; _____

_____ c) Delegar no Senhor Presidente da Câmara as competências do Dono de Obra, no que diz respeito aos atos necessários no âmbito do Decreto-Lei número duzentos e setenta e três/dois mil e três, de vinte e nove de outubro para desenvolvimento da execução da empreitada. _____

5.2 - Trabalhos a Menos da Empreitada_
DPGOM_2023_5_Reconversão do antigo posto da GNR a Edifício de Habitação.
Documento referência 8729. Processo referência 2023/300.10.001/15. (Para
deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se propõe a aprovação dos trabalhos a menos da Empreitada_ DPGOM_2023_5_Reconversão do antigo posto da GNR a Edifício de Habitação. _____

_____ **A Senhora Vereadora Gorete Santos** perguntou se o valor dos trabalhos a menos do segundo adicional estavam ali refletidos, ao que a **Dirigente da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Maria João Café**, respondeu que os trabalhos a menos eram deduzidos ao valor do compromisso inicial, esclarecendo que os compromissos constantes nos mapas que os senhores vereadores tinham na sua posse respeitavam aos compromissos efetuados na data corrente. De qualquer forma, poderia fazer-se chegar a ficha de compromisso do contrato inicial, onde tal estava espelhado. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** acrescentou que qualquer informação adicional que tivessem por necessária, bastaria fazer chegar o respetivo pedido por



escrito, que seria remetido aos serviços, para que prestassem os devidos esclarecimentos e enviassem a correspondente informação. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o proposto na informação técnica número 8729, constante do processo 2023/300.10.001/15, referente aos trabalhos a menos da Empreitada_ DPGOM_2023_5_Reconversão do antigo posto da GNR a Edifício de Habitação, nomeadamente: _____

_____ Aprovada a supressão dos trabalhos referidos no ponto 2 da referida informação, constantes do Mapa de Trabalhos a Menos, no valor total de 4.909,67€ (quatro mil, novecentos e nove euros e sessenta e sete cêntimos), sendo o respetivo valor retirado ao valor do preço contratual da empreitada, devendo a respetiva despesa (acrescida do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado) ser descompromissada e libertado o correspondente valor da caução prestada. _____

_____ Deliberado, ainda, comunicar ao empreiteiro a decisão tomada. _____

_____ **5.3 - Quarteirão Vila Moreira- Plano de Sinalização com Ocupação Temporária da Via Pública, no âmbito da Emp_DPGOM_2024_31 – Reabilitação de Edifícios Habitacionais denominados de Prédio mais Antigo, Casa Ladeiras, Casa Filhós, Edifício Estaminé, Casa Paraíso, Casas da Parreira e Quarteirão de Vila Moreira. Documento referência 8641. Processo referência 2024/300.10.001/88. (Para ratificação)** _____

_____ Presente à reunião, para ratificação, a informação referência 8641, relativa ao Plano de Sinalização com Ocupação Temporária da Via Pública – interrupção (não contínua) de trânsito na Rua Duarte Pacheco, em Vila Moreira, no que se refere à obra do Quarteirão de Vila Moreira, no âmbito da Emp_DPGOM_2024_31 – Reabilitação de Edifícios Habitacionais denominados de Prédio mais Antigo, Casa Ladeiras, Casa Filhós, Edifício Estaminé, Casa Paraíso, Casas da Parreira e Quarteirão de Vila Moreira. _____

_____ Este Projeto de Sinalização resulta da necessidade verificada de interromper o trânsito na Rua Duarte Pacheco em períodos temporários (normalmente meio dia) para a realização de betonagens nos edifícios e/ou descarga de materiais, atendendo às condicionantes envolventes, resumidamente: _____

_____ - Localização da Intervenção: Rua Duarte Pacheco em Vila Moreira; _____

_____ - Início de implementação: Previsto para dezasseis de abril de dois mil e vinte e seis; _____

_____ - Duração prevista – De natureza não contínua até conclusão da obra; _____

_____ - Natureza do esquema sinalização: A adequada conforme Plano. _____



_____ Quando não estiver em implementação a interrupção de trânsito na Rua Duarte Pacheco, mantem-se o Plano Aprovado na reunião de Câmara de dezanove de maio de dois mil e vinte e cinco e comunicado às entidades em vinte e três de maio de dois mil e vinte e cinco. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** aproveitou a oportunidade para informar os senhores vereadores sobre questões do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência / Habitação. O PRR – Plano de Recuperação e Resiliência tinha duas linhas específicas e haveria uma terceira, para a qual se estavam a preparar, apesar de ainda nem sequer existir legislação. A primeira linha dizia respeito à habitação social, no âmbito da qual tinham efetuado intervenção em noventa e cinco fogos, tendo já sido reabilitada a quase totalidade dos setenta e cinco fogos que o Município já possuía, dos quais faltavam cerca de vinte fogos do Bairro Timor Lorosae, cuja multa ao empreiteiro tinha sido deliberada em reunião de câmara e que acabaria por ser praticamente igual ao valor que iriam perder, devido ao atraso da obra. Quanto às obras nos bairros das paróquias, as empreitadas estavam em andamento e, desde que os empreiteiros cumprissem, toda a situação estaria controlada. _____

_____ A segunda linha respeitava a habitação a custos acessíveis, estando, à data, cento e sessenta e sete habitações em obra e seis entregues. Não existiam mais porque muitos concursos tinham ficado desertos, por mais do que uma vez, tendo-se estado a negociar uma forma de ter valores mais próximos dos de mercado para se conseguirem entregar esses edifícios, já adquiridos pelo Município e para os quais já existiam projetos. Estas habitações a custos acessíveis estavam inseridas no âmbito de um protocolo que a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo assinara com o então Ministério da Habitação, atual Secretaria de Estado, e que previa um investimento total em duzentos e três fogos só para o concelho de Alcanena, de um total de cerca de mil fogos para toda a região do Médio Tejo. O município detinha cerca de 20% do total dos fogos da região, sendo que “quanto maior a nau, maior a tormenta”. _____

_____ O que precisavam de acautelar era a saída do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e a entrada num empréstimo de bem. Esse tinha sido um dos assuntos acautelado na reunião com a Senhora Secretária de Estado da Habitação. As obras estavam a decorrer e o processo seria automático, ou seja, dentro do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana passava diretamente de PRR – Plano de Recuperação e Resiliência para empréstimo de bem. Até porque, formalmente, as casas eram do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e não do Município, uma vez que tinha existido uma cedência do



direito de superfície, funcionando o Município como uma espécie de “barriga de aluguer”. Essa situação permitira, todavia, a existência de um conjunto de obras quase histórico. A preocupação do executivo era a gestão daquele património, uma vez que a habitação a custos acessíveis não era do Município, pelo que, teoricamente, deveria ser o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana a ter essa preocupação. A situação e respetivos custos tinham sido estudados ao milímetro, com a colaboração do Instituto Kaizen, estando a decorrer negociações com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Acreditava que essa negociação iria, depois, dar jeito às restantes câmaras do Médio Tejo e, provavelmente, a outras no país. O que se pretendia era criar uma estrutura, que ainda teria de ser desenhada, para gerir um parque habitacional daquela natureza. Teria de existir um veículo para essa gestão, que poderia passar por uma empresa municipal. No entanto, tudo estava ainda em discussão. O Município apresentara o seu estudo, os seus números, no fundo, um modelo de gestão. Estavam a falar de casas cujas rendas se situavam entre os duzentos e os trezentos euros por mês, sendo que, com esse dinheiro ou com uma boa percentagem do mesmo, conseguir-se-ia gerir essas casas, sendo necessária a criação de uma estrutura, com cerca de meia dúzia de pessoas, entre as quais engenheiros e juristas, para fazer essa gestão. Tudo estava ainda em cima da mesa, pelo que seria necessário perceber como seria feita essa gestão. _____

_____ Acrescentou que um dos problemas que tinham identificado claramente era a manutenção, pois iria existir um parque brutal de edifícios para manter. Como hoteleiro, sabia que tinha de ser feita manutenção preventiva de seis em seis meses e as câmaras e o Estado também a deveriam fazer e não faziam. Não existindo manutenção preventiva, teria, mais tarde, de se fazer manutenção corretiva, que ficava muito mais cara. _____

_____ Concluiu, afirmando que gostaria de dormir descansado sobre aquele assunto, tendo transmitido isso mesmo à Senhora Secretária de Estado da Habitação e ao Senhor Ministro da Coesão. _____

_____ Respondendo às inquietações legítimas e justas do Senhor Vereador Samuel Frazão, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que tudo estava a ser acautelado. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** retorquiu não ter colocado qualquer questão. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu não ter dito que o Senhor Vereador colocara alguma questão, mas apenas que estava a responder às suas



inquietações e não às suas questões, acrescentando tê-las percebido e que as compreendia, defendendo tratar-se de inquietações sensatas. _____

_____ No uso da palavra e, desde logo, afirmando saber que, por vezes, era difícil argumentar contra um dinossauro político como o Senhor Presidente, que já tinha muita experiência política, o **Senhor Vereador Samuel Frazão** disse que, finalmente, estavam ambos de acordo com algo que tinham dito durante a campanha eleitoral, nomeadamente que houvera alguns municípios que reabilitaram habitações para colocar no mercado, o que fazia muito mais sentido, uma vez que a manutenção era algo que preocupava a todos e não só ao Senhor Presidente. Há alguns anos, cerca de vinte ou trinta anos, o Município gastara alguns milhões de euros com as habitações junto ao Estádio Municipal que, dali a outros vinte ou trinta anos, voltariam a precisar de manutenção. Por isso é que defendiam a necessidade de negociar com o Estado a possibilidade de colocarem as habitações à venda, a custos acessíveis, como tinha feito, por exemplo, o Município de Almeirim. Sabia que não era uma questão fácil e não sabia se a reunião da semana anterior tinha sido para debater aquele assunto. Se tivesse sido, estavam a falar de uma situação grave, pois, há pouco, o Senhor Presidente referira que tinham participado nessa reunião quatro pessoas, uma das quais não tinha vínculo com o Município de Alcanena. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que não tinham sido quatro, mas sim cinco pessoas, duas das quais não tinham vínculo com o Município de Alcanena. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** perguntou se o Senhor Presidente da Câmara levava pessoas sem vínculo com o Município para uma reunião com a Secretária de Estado da Habitação, tendo o **Senhor Presidente da Câmara** respondido que essas pessoas tinham ido a seu pedido, pois tratavam-se de empresas que estavam a colaborar com a Câmara, sendo que uma ainda se mantinha, que eram muito fortes na argumentação e que tinham feito os estudos, que eram dois documentos diferentes, que tinham sido apresentados e discutidos nessa reunião. Não via qualquer problema nisso, pois tratava-se de pessoas que estavam a colaborar com a Câmara, estando, por isso, sujeitas ao dever de sigilo. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** argumentou que o Senhor Presidente afirmara publicamente que iria rescindir o contrato, uma vez que a pessoa não queria continuar a colaborar com a Câmara, no entanto, essa mesma pessoa continuava a ir às reuniões. Ora, alguma coisa ele não estaria a perceber. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** disse que a pessoa em causa estava ainda em funções, tendo aquele sido o último ato ao abrigo do contrato celebrado.



Havia trabalho feito e um relatório elaborado em tempo record, o qual tinha sido pedido por si e que abordava o que perspetivavam, no futuro, no que tocava a uma política absolutamente inovadora na área da habitação, na linha do que de melhor estava a ser feito em alguns sítios da Europa. Informou, a propósito, que estava a ser produzida legislação sobre aquela matéria, que ainda nem sequer havia sido publicada. Tratava-se, por isso, de se posicionarem. Aliás, não tinha sido por acaso que vinte por cento do investimento em habitação no Médio Tejo tivesse vindo para Alcanena. Mas eram coisas que só se viam passados dois anos. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** disse perceber perfeitamente, defendendo que era necessário semear para colher. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** concordou com a afirmação do Senhor Vereador Samuel Frazão, defendendo que não se podia colher sem se semear. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** afirmou que, quanto a isso, estavam todos de acordo. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** referiu que, quando tomara posse, existiam dois projetos em curso, ambos sem financiamento. No entanto, se outro Presidente tivesse tomado posse em outubro do ano anterior, teria encontrado um cenário completamente diferente. Podia-se gostar mais ou menos, mas não reconhecer aquela realidade era não querer reconhecer evidências. O que gostaria era que, quem quer que fosse o Presidente da Câmara no próximo mandato, sendo público que ele próprio não seria candidato, como já o tinha admitido publicamente em dois mil e vinte e quatro, herdasse o que ele herdara do anterior mandato do Presidente Rui Anastácio. Era apenas isso que desejava. Ficaria muito satisfeito com isso, pois seria sinal de que tinham feito, naqueles quatro anos, o que, a seu ver, era preciso ser feito. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Ratificado o despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, no dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, ao abrigo do número três do artigo trigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conforme consta na informação técnica número 8641, constante do processo 2024/300.10.001/88, nomeadamente: _____

_____ a) A Aprovação do Plano de Sinalização com Ocupação Temporária da Via Pública – interrupção (não contínua) de trânsito na Rua Duarte Pacheco em Vila Moreira, no que se refere à obra do Quarteirão de Vila Moreira, no âmbito da Emp_DPGOM_2024_31 – Reabilitação de Edifícios Habitacionais denominados de Prédio mais Antigo, Casa Ladeiras, Casa Filhós, Edifício Estaminé, Casa Paraíso,



Casas da Parreira e Quarteirão de Vila Moreira, conforme documento anexo à informação; _____

_____ b) Efetuar-se a devida publicitação e a comunicação da aprovação e envio dos elementos relevantes, às entidades competentes, empreiteiro, Proteção Civil, Bombeiros, GNR – Guarda Nacional Republicana, Junta de Freguesia e outros, com indicação da data de implementação do mesmo. _____

5.4 - Trabalhos a menos e Liberação de Caução Emp_DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros. Documento referência 7622. Processo referência 2024/300.10.001/65. (Para deliberação) _____

_____ Foi presente à reunião a informação referência 7622, relativa à empreitada DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros, adjudicada à firma ECO DEMO – Demolições, Ecologia e Construção, Sociedade Anónima, com contrato administrativo número trinta e quatro/dois mil e vinte e cinco, de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, pelo valor de 2.466.689,92€ (dois milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e oitenta e nove euros e noventa e dois cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. _____

_____ A referida empreitada tem vindo a ser objeto de diversas vicissitudes contratuais, designadamente a aprovação de trabalhos complementares, trabalhos a menos e prorrogações de prazo, deliberadas em reuniões anteriores da Câmara Municipal, com as respetivas ordens de execução formalmente comunicadas ao adjudicatário. _____

_____ No âmbito do segundo adicional à empreitada, atualmente em fase de assinatura, foram apurados trabalhos a menos no montante de 53.498,44€ (cinquenta e três mil, quatrocentos e noventa e oito euros e quarenta e quatro cêntimos), situação que implica a correspondente adequação das cauções prestadas pelo adjudicatário. Nos termos legais aplicáveis, a realização de adicionais determina a prestação de novas cauções, pelo que se justifica a liberação das cauções anteriormente prestadas relativamente aos trabalhos que deixaram de integrar o objeto contratual. _____

_____ Assim, e tendo em consideração o valor dos trabalhos a menos apurados, conclui-se pela necessidade de proceder à liberação do montante de 2.674,92€ (dois mil, seiscentos e setenta e quatro euros e noventa e dois cêntimos), correspondente a 5% do valor daqueles trabalhos, bem como à devolução das retenções efetuadas pelo Município na proporção adequada, em conformidade com a execução financeira do contrato. _____



_____ Solicitou do uso da palavra a **Senhora Vereadora Gorete Santos** referindo que a questão que colocara anteriormente dizia respeito àquele ponto e não ao ponto 5.2, pedindo desculpa pela confusão. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a liberação do valor das cauções e retenções relativas aos trabalhos a menos constantes no segundo adicional ao contrato, no valor de 2.674,92€ (dois mil, seiscentos e setenta e quatro euros e noventa e dois cêntimos), da empreitada DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros, nos termos propostos na informação referência 7622. _____

_____ **5.5 - Suspensão dos trabalhos Emp_DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros. Documento referência 8165. Processo referência 2024/300.10.001/65. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião, para conhecimento, o Auto de suspensão dos trabalhos da Emp_DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros, lavrado e assinado a vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis, com efeitos a vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e seis, anexo à informação número 8165. _____

_____ A suspensão fundamenta-se na necessidade de definição de trabalhos complementares, bem como na resolução do encaminhamento dos solos. A retoma dos trabalhos fica, assim, dependente da emissão de decisões e orientações por parte do Dono da Obra e da Fiscalização, no que respeita às alterações de projeto atualmente em análise, as quais se revelam indispensáveis à adequada execução dos trabalhos previstos, sendo esta matéria da responsabilidade do Dono da Obra. _____

_____ Logo que esteja ultrapassada a causa da suspensão, o Dono de Obra comunica tal facto, via email, ao empreiteiro, para efeitos de recomeço dos trabalhos, nos termos do artigo ducentésimo nonagésimo oitavo do CCP – Código dos Contratos Públicos, tendo o empreiteiro direito ao prazo estritamente necessário à organização dos meios para recomeço da execução. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto, começando por referir que a aquela empreitada tinha tido uma suspensão dos trabalhos, relacionada com questões de segurança de um edifício que não era para ficar, mas relativamente ao qual o projetista levantara uma série de questões. A verdade é que só quando se começara a demolir tudo à volta é que se percebera o que realmente existia. Faltava ainda demolir um edifício. Não era a vivenda que lá estava, que muita gente perguntava se era para ficar, porque essa ia efetivamente



permanecer. A casa seria reabilitada e, no futuro, decidir-se-ia o uso de cada um dos espaços. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** acrescentou que também fora efetuada prospeção arqueológica, para se tentar perceber o que existia no solo, não tendo sido, até ao momento, encontrado nada de especial relevância, embora tivessem essa esperança. Ainda iriam decorrer alguns movimentos de terras, tendo que existir transporte de algumas terras para aterro, com a colaboração da Aquanena – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. Face ao exposto, esperavam poder retomar os trabalhos, entretanto, aproveitando o verão para fechar a primeira fase da obra, que era uma das obras que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente apresentava como caso de estudo daquilo que defendia que devia ser feito, numa lógica de renaturalização das linhas de água. Não era por acaso que tinham problemas de cheias em muitas cidades, devendo-se essas situações, muitas vezes, ao facto de não se ter respeitado a natureza. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Tomado conhecimento do Auto de suspensão dos trabalhos da Emp_DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros, lavrado e assinado a vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis, com efeitos a vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e seis, anexo à informação número 8165. _____

_____ **5.6 - Trabalhos Complementares 3**
Emp_DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros. Documento referência 7645. Processo referência 2024/300.10.001/65. (Para deliberação) _____
_____ **- Minuta do Contrato. Documento referência 9369. Processo referência 2026/400.30.001/36. (Para deliberação) _____**

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe na qual se propõe a aprovação do terceiro Adicional, no valor total de 200.887,04€ (duzentos mil, oitocentos e oitenta e sete euros e quatro cêntimos) acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, referente à empreitada Emp_DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovados os Trabalhos Complementares referentes ao terceiro Adicional, no valor de 200.887,04€ (duzentos mil, oitocentos e oitenta e sete euros e quatro cêntimos) acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, referente à empreitada



Emp_DPGOM_2024_23_Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares - Projeto Couros. _____

_____ Mais, foi deliberado proceder-se à comunicação da aprovação ao empreiteiro, com a respetiva ordem de execução dos Trabalhos Complementares. _____

_____ Deliberado, ainda, aprovar a Minuta de Contrato do Terceiro Adicional ao contrato administrativo número trinta e quatro/dois mil e vinte e cinco da empreitada número DPGOM1_2024_23 - Renaturalização da Área Envolvente ao Ribeiro do Carvalho e à Ribeira dos Algares – Projeto Couros, à firma “ECO DEMO – Demolições, Ecologia e Construção, Sociedade Anónima”, adicional este referente a trabalhos complementares no valor total de 200.887,04€ (duzentos mil, oitocentos e oitenta e sete euros e quatro cêntimos) acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado _____

_____ Aprovado, ainda, todo o proposto na informação referência 9369, constante do processo referência 2026/400.30.001/36, referente à elaboração do contrato, nomeadamente: _____

_____ a) A Notificação do adjudicatário para apresentação dos documentos de habilitação, no prazo de dez dias; _____

_____ b) Notificar o adjudicatário para proceder à prestação de caução autónoma e à primeira solicitação, no valor de 10.044,35€ (dez mil e quarenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos), correspondente a 5% do valor dos trabalhos complementares, no prazo de dez dias a contar da notificação. _____

_____ c) Enviar ao adjudicatário a minuta de contrato, informando que se devem pronunciar sobre a mesma, no prazo de cinco dias úteis, considerando-se aprovada, se findo tal prazo nada disserem. _____

_____ d) Delegar os poderes de representação de outorga do respetivo contrato ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. _____

_____ **6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO** _____

_____ **6.1 - Renovação de Exposição - Pedido de Autorização para encerramento temporário do Museu da Boneca. Documento referência 8219. Processo referência 2026/100.10.600/6. (Para deliberação)** _____

_____ Foi presente à Câmara Municipal a informação referência 8219 relativa ao encerramento temporário do Museu da Boneca, equipamento cultural municipal inaugurado em dois mil e nove, resultante de uma parceria entre o Município de Alcanena e a colecionadora Rosa Vieira, cuja coleção integra cerca de treze mil peças, constituindo um relevante acervo cultural e patrimonial. _____



_____ No âmbito do Plano de Atividades para o ano de dois mil e vinte e seis, encontra-se prevista a renovação da exposição permanente do referido Museu, intervenção que visa a valorização do espaço expositivo e a melhoria das condições de fruição por parte do público, culminando com a inauguração da nova exposição no dia nove de maio de dois mil e vinte e seis, data em que se assinala o décimo sétimo aniversário daquele equipamento cultural. _____

_____ Para a concretização dos trabalhos de montagem e reorganização da exposição permanente, torna-se necessário proceder ao encerramento temporário do Museu ao público, no período compreendido entre os dias cinco e oito de maio de dois mil e vinte e seis, de forma a garantir as adequadas condições técnicas, logísticas e de segurança inerentes à intervenção a realizar. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Autorizado o encerramento temporário ao público do Museu da Boneca, no período compreendido entre os dias cinco e oito de maio de dois mil e vinte e seis, ao abrigo do disposto na Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, no âmbito das competências municipais relativas à gestão de equipamentos culturais e promoção do desenvolvimento cultural. _____

_____ **6.2 - Proposta de incorporação de cinco Livros ao Centro de Documentação do Museu Municipal. Documento referência 8704. Processo referência 2026/300.10.004/5. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a proposta referida em epígrafe, que propõe à Câmara Municipal a aceitação da doação, pelo Senhor Jácome Caetano Ramalho, de cinco livros das décadas de vinte/trinta, da autoria de Manuel Ribeiro (1878-1941), para incorporação no Museu Municipal de Alcanena, nos termos do respetivo Auto de Incorporação de Bens Culturais dos Museus de Alcanena, que acompanha a presente proposta. _____

_____ Solicitou do uso da palavra o **Senhor Vereador Samuel Frazão**, que congratulou o trabalho que vinha ser desenvolvido a nível arqueológico, no concelho, aludindo à apresentação da Carta Arqueológica do Concelho de Alcanena, que decorrera no sábado anterior, considerando o documento como uma mais-valia. _____

_____ **O Senhor Vereador Gabriel Feitor** efetuou um breve enquadramento do trabalho, que ainda teria de ser visto pela tutela, designadamente pelo Património Cultural, Instituto Público, que viera substituir a antiga Direção-Geral do Património Cultural. Em números breves, tinham sido identificados trinta e sete novos sítios, para além dos que já estavam identificados em inventário, e mais de duzentas novas ocorrências patrimoniais. Referiu também o algar do barrão e a realocização da gruta



dos carrascos, que já tinha sido trabalhada há mais de cem anos, havendo algumas divergências quanto à sua localização. O objetivo seria ir às freguesias, tendo em conta a especificidade de cada uma delas, sendo que, no seguimento da apresentação já efetuada, o Museu Municipal iria organizar as sessões em cada Junta de Freguesia. Posteriormente, proceder-se-ia à publicação das conclusões e das respetivas fichas de cada sítio. _____

_____ No uso da palavra, o **Senhor Vereador Nuno Silva** afirmou ter estado presente na sessão de apresentação da Carta Arqueológica do Concelho de Alcanena, tendo sido bastante interessante perceber que, de facto, o território tinha muita história, a qual estava bem patente naquilo que se poderia pensar inicialmente de que, existindo o rio Alviela, haveria, à partida, evidências naquela zona. No entanto, essas evidências eram muito mais vastas, existindo praticamente em todas as freguesias. _____

_____ O **Senhor Vereador Gabriel Feitor** acrescentou a existência de um novo dado, além da quantidade dos sítios, que merecia alguma reflexão, talvez no próximo ano, em termos de orçamento, e até por parte da tutela, que respeitava a um sítio identificado, com seis hectares e com materiais datados do Império Romano. Tratava-se do primeiro sítio do concelho datado, podendo, dadas as suas dimensões, tratar-se de uma vila ou de uma granja. Disse já ter dado conhecimento desse facto ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, uma vez que o sítio se localizava entre a Louriceira e Malhou, num sítio conhecido como “Mosteiros”, sendo que o próprio nome do local já era indicativo da existência de qualquer coisa. Aquela seria, com certeza, uma prioridade do Município nos próximos anos e no próximo mandato, dadas as suas dimensões e tendo em conta a probabilidade de se poder tratar de uma vila romana, o que, a confirmar-se, seria um facto muito feliz para o concelho. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** disse que tinha tido a oportunidade de perguntar ao arqueólogo Marco Liberato o que faria, perante aquela situação, se fosse presidente de Câmara, tendo o mesmo respondido que iria fasear os achados, por ordem de relevância, fazendo todo o sentido que se começasse por aquele local, até porque se poderia estar perante algo do género da *Villa Cardillium*, o que poderia ter outros impactos a nível turístico. Numa primeira fase, aquele sítio deveria ser explorado para se perceber exatamente do que se tratava, sendo os indícios muito fortes, face à quantidade e à tipologia dos materiais que foram encontrados, de que se trataria de uma vila ou, pelo menos, de uma granja, que era uma espécie de quinta um pouco maior ou uma vila mais pequena. _____



_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aceite a doação de cinco livros das décadas de vinte/trinta, da autoria de Manuel Ribeiro (1878-1941), nos termos descritos no Auto de Incorporação de Bens Culturais dos Museus de Alcanena, procedendo-se à sua integração no espólio do Museu Municipal, ao abrigo da alínea j) do artigo trigésimo terceiro da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ Mais se deliberou dirigir ao ofertante, Senhor Jácome Caetano Ramalho, um voto de agradecimento, em reconhecimento do relevante contributo prestado para a preservação e valorização do património cultural do concelho. _____

_____ **6.3 - Abertura de Candidaturas Programa 2. Documento referência 8820. Processo referência 2026/850.10.003/21. (Para deliberação)** _____

_____ Foi presente à Câmara Municipal a proposta de abertura do período de candidaturas ao Programa 2 | Eventos e/ou Projetos de Interesse Municipal, no âmbito da política municipal de apoio ao desenvolvimento ambiental, cívico, cultural, desportivo, recreativo e religioso. _____

_____ O referido programa enquadra-se nos princípios definidos no regulamento municipal aplicável, designadamente no seu artigo quarto, visando promover a valorização do associativismo local, incentivar a participação cívica e contribuir para a coesão social e o desenvolvimento sustentável do concelho. _____

_____ Nos termos da proposta apresentada, o apoio destina-se à comparticipação de iniciativas de carácter excecional, promovidas por associações e outras entidades elegíveis, que não tenham sido abrangidas por apoios regulares, e que demonstrem relevância para a comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, reforço da identidade local e promoção da inclusão. _____

_____ Para efeitos do programa, consideram-se elegíveis eventos ou projetos de natureza pontual, com duração limitada e impacto relevante ao nível cultural, social, desportivo, ambiental ou turístico, incluindo, designadamente, festivais, feiras, espetáculos ou competições, com potencial de projeção externa e dinamização do território. _____

_____ A atribuição de apoios terá em conta critérios de valorização associados à notoriedade do concelho, alinhamento com a estratégia municipal, promoção de dinâmicas territoriais diferenciadoras e contributo para a economia local. _____

_____ Neste contexto, propõe-se a abertura do período de candidaturas a partir de vinte e um de abril de dois mil e vinte e seis, com efeitos retroativos a um de janeiro de dois mil e vinte e seis, decorrendo o prazo até trinta de setembro de dois mil e vinte e seis, devendo as candidaturas observar o disposto no regulamento em vigor. _____



_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a abertura do período de candidaturas ao Programa 2 | Eventos e/ou Projetos de Interesse Municipal, nos termos do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo; _____

_____ Fixado o período de candidaturas partir de vinte e um de abril, com efeitos retroativos a um de janeiro, decorrendo o prazo até trinta de setembro; _____

_____ Determinado que as candidaturas devem cumprir os princípios e requisitos previstos no regulamento em vigor, designadamente no artigo quarto; _____

_____ Mais, foi deliberado determinar a publicitação do presente aviso pelos meios institucionais habituais e a adoção dos procedimentos administrativos necessários à sua execução. _____

_____ **6.4 - Normas de funcionamento das unidades de street food nos Olhos de Água. Documento referência 9042. Processo referência 2026/100.10.600/8. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a proposta mencionada em epígrafe, na qual se propõe a aprovação das normas de funcionamento das unidades de street food a integrar no complexo dos Olhos de Água, para o ano de dois mil e vinte e seis. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** afirmou que aquela era uma necessidade, até porque recebiam ali cada vez mais pessoas, sobretudo quando estava bom tempo, o que potenciava o negócio. _____

_____ Relativamente ao projeto Aire e Candeeiros Culinary Center perguntou se havia algum desenvolvimento ou questões relacionadas com o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, afirmando que se tratava de um projeto bastante interessante e lembrando a parceria estabelecida com o Chef Rodrigo Castelo, que não sabia se ainda se mantinha. _____

_____ Respondendo à questão, o **Senhor Presidente da Câmara** afirmou que concorriam com os territórios do país, da Península Ibérica e da Europa. De momento, havia duas candidaturas ao programa Crescer com o Turismo que, de acordo com o Aviso, já deveriam ter ou não sido aprovadas, mas os prazos nunca se cumpriam em Portugal, ao contrário do que sucedia em Bruxelas, onde os prazos eram escrupulosamente cumpridos. O projeto Aire e Candeeiros Culinary Center cruzava-se com o da Nova Medical School que, à partida, iria avançar. Tinha, aliás, tido uma reunião, naquela manhã, com o Senhor Diretor e a Senhora Pró-Reitora da Universidade Nova de Lisboa sobre esse assunto, com os quais mantinha reuniões semanais. O projeto da Nova Medical School era financiado pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, pelo que, provavelmente, iria transitar. À partida, esse



projeto “cosia” com o Culinary Center, pelo que tinham de perceber como iria evoluir. Referiu, ainda, que alinhar sete municípios era difícil, cabendo-lhe a si esse papel. ____

_____**O Senhor Presidente da Câmara** aproveitou para informar que também era o Presidente da Associação de Municípios do Vale do Tejo, tendo herdado um problema com vinte ou trinta anos, designadamente a Colónia Balnear da Nazaré, um edifício que, a seu ver, envergonhava, e muito, os dezanove municípios que integravam a referida associação. Tinha visitado o edifício com o Presidente da Câmara Municipal da Nazaré e, se estivesse no seu lugar, já o teria expropriado há muito tempo, pois achava vergonhoso o estado em que o mesmo se encontrava. Aquele era mais um dos assuntos que iriam tentar resolver. Já se tinha irritado com o assunto durante quatro anos, pelo que se oferecera como voluntário, sendo que, como era evidente, todos tinham concordado. A verdade era que quando se tratava de coisas tramadas, era sempre melhor que outros as resolvessem, “dava jeito”. Esperava conseguir resolver o problema, de uma maneira ou de outra. A situação teria de ser resolvida pelos dezanove municípios que integravam a Associação de Municípios do Vale do Tejo, sendo o seu compromisso o de conseguir, passados três meses da sua tomada de posse, que ocorrera há umas semanas, apresentar um conjunto de opções com vista à resolução do problema. Na sua opinião, era deprimente continuar a “assobiar para o lado” e deixar o edifício no estado em que estava. A solução poderia, inclusive, passar pela venda do imóvel, o que seria até mais fácil e sensato, tendo já sido pedida a avaliação do mesmo. Informou que a haveria Assembleia da Associação de Municípios do Vale do Tejo na semana seguinte, na qual estaria também presente o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Nazaré. Não saberia o que dali iria sair, mas, no limite, far-se-ia uma hasta pública. A venda era uma possibilidade, mas existiriam também outras, tendo de se tomar decisões, sob pena de a situação se arrastar por mais vinte ou trinta anos. _____

_____**Solicitou do uso da palavra o Senhor Vereador Gabriel Feitor** para informar que, na sequência da reunião com a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, a mesma tinha voltado a ceder a abertura do complexo nos Olhos de Água, nas Quintas-feiras da Ascensão, o que já não acontecia há muitos anos, estando essa abertura incluída no programa de comemorações do aniversário do concelho. Estava a ser feita a manutenção do edifício e, na semana anterior, tinham decorrido trabalhos de limpeza do canal e de todo o complexo. O Município tinha vindo a fazer essa manutenção e estava, de momento, a fazer alguns pontos de apoio e pequenas obras de início da época balnear. _____



_____ Relativamente à Colónia Balnear da Nazaré, o assunto teria de ser presente a reunião de câmara, que teria de tomar uma posição, afirmando que ele próprio tinha uma opinião muito vincada sobre o assunto. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** disse que todos tinham opiniões, mas todos concordavam que aquela situação não podia continuar, porque os envergonhava a todos. Pessoalmente, pensava que não se devia fechar a porta a nada. Não tinha quaisquer preconceitos. A única coisa que gostava era que o assunto se resolvesse. _

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** aludiu à existência de financiamento para tanta coisa, mesmo através da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. A questão da venda, mesmo sendo complexa, poderia ser a solução mais fácil, reconhecendo que o modelo de gestão seria a parte mais difícil, mas tinha sido também para isso que o Senhor Presidente da Câmara tinha sido eleito. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** afirmou não ter sido eleito para nenhum modelo de gestão. Fora eleito para avaliar a situação, já tinham mandado avaliar o imóvel e seriam as câmaras a tomar a decisão, de forma colegial. _____

_____ O **Senhor Vereador Gabriel Feitor** referiu que existia também a questão dos dividendos, tendo o **Senhor Presidente da Câmara** afirmado que os mesmos seriam divididos de acordo com a percentagem que cada um dos Municípios detinha, estando isso definido, até porque os Municípios não pagavam todos a mesma quota. _

_____ Retomando a questão anteriormente colocada, **Senhor Vereador Samuel Frazão** perguntou se o Chef Rodrigo Castelo já não estava a colaborar com o Município, ao que o **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que o mesmo já não colaborava com o Município, tendo entregue um documento no âmbito do projeto Aire e Candeeiros Culinary Center. Havia, no entanto, outra questão, relacionada com o espaço da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, que mudara de administração. O anterior presidente, Carlos Martins, era uma pessoa muito sensível, mas dentro da empresa havia uma série de constrangimentos. A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres não tomava conta, mas deixava cair, queria ceder, mas apenas por um determinado tempo. Ora, era óbvio que não iriam fazer um investimento no edifício para ficar com ele por meia dúzia de anos e perder, a qualquer altura, o dinheiro investido. Informou que tinham tido, recentemente, uma reunião com a nova administração da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, pelo que teriam de esperar para ver como evoluíam as coisas, sendo um assunto que não estava esquecido, até porque estava a ser enquadrado no âmbito do processo de cogestão do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, que era também presidido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcanena. _____



_____ Fazendo uso da palavra, a **Senhora Vereador Gorete Santos** afirmou ter sentido alguma hesitação do Senhor Presidente quando afirmara, relativamente ao projeto da Nova Medical School que o mesmo, em princípio, iria avançar. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu ter usado a expressão “em princípio” porque era como São Tomé. Adiantou que já existia um projetista e um processo de contratação, mas havia objetivos no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência que tinham de ser cumpridos até agosto. Se poderia haver passagem do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência para outra coisa, não sabia. Se o projeto não avançasse, no limite, o Pavilhão Multiusos regressaria à posse da Câmara. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** indagou se o edifício poderia regressar à posse da Câmara sem qualquer problema, ao que o **Senhor Presidente da Câmara** respondeu afirmativamente, até porque o contrato de comodato tinha sido celebrado com um determinado objetivo. A Nova Medical School tinha a candidatura aprovada para aquele projeto, mas outra coisa eram todos os outros projetos em que estavam a trabalhar. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** lembrou que estavam a falar num valor de cem mil euros por ano, tendo o **Senhor Presidente da Câmara** referido que respeitavam a outros projetos em que a Nova Medical School estava a trabalhar, relativamente aos quais poderia, posteriormente, trazer mais informação. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** defendeu que era importante que aquele processo avançasse, até porque o mesmo tinha sido aprovado por unanimidade, tendo, inclusive, sido dito, na altura, que aquele era “o protocolo do século”, esperando ele que realmente assim fosse e que a montanha não fosse “parir um rato”. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** retorquiu que não tinha sido dito nada disso. Lembrava-se rigorosamente do que tinha dito na Sessão da Assembleia Municipal, devendo estar registado em ata. O que dissera, e voltava a repetir, era que tinha a convicção que, para si, aquele era o documento mais importante que a Assembleia Municipal de Alcanena estava a aprovar nos últimos quarenta anos. O que referira foram quarenta anos e não cem. Tinha acrescentado esperar não estar enganado e voltava a afirmar isso mesmo. Gostaria muito de não estar enganado, mas, infelizmente, não adivinhava o futuro. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovadas as normas de funcionamento das unidades de street food, a integrar no Complexo dos Olhos de Água, para o ano de dois mil e vinte e seis, constantes da proposta número 9042, nos



termos da alínea t) do número um do artigo trigésimo terceiro, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, na atual redação. _____

7 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL _____

7.1 - Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena – Ano de dois mil e vinte e cinco. Documento referência 2354. Processo referência 2026/550.20.500/7. (Para conhecimento) _____

Presente, para conhecimento, o Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena, respeitante ao ano de dois mil e vinte e cinco. _____

Deliberação: Tomado conhecimento do Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena, respeitante ao ano de dois mil e vinte e cinco. _____

7.2 - Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena – Mês de março. Documento referência 8671. Processo referência 2026/550.20.500/7. (Para conhecimento) _____

Presente, para conhecimento, o Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena, respeitante ao mês de março de dois mil e vinte e seis. _____

Deliberação: Tomado conhecimento do Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena, respeitante ao mês de março de dois mil e vinte e seis. _____

7.3 - Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança. Documento referência 9095. Processo referência 2025/100.10.600/25 _____

Foi deliberado, por unanimidade, antecipar o presente ponto para antes do período de intervenção aberto ao público. _____

8 - SERVIÇO VETERINÁRIO MUNICIPAL _____

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO _____

Não se registaram intervenções do público. _____

Aprovação da Ata em Minuta _____

Às dezanove horas e quarenta e oito minutos foi encerrada a reunião, tendo sido deliberado, por unanimidade, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprovar esta Ata em Minuta, para efeitos de execução imediata, na parte deliberatória, a qual foi assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Carina Grilo Salgueiro, Técnica Superior, tendo sido dada ordem de execução imediata, pelo Senhor Presidente da Câmara, das deliberações tomadas, ao abrigo do disposto na alínea b), do número um, do artigo trigésimo quinto do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____



_____ Lavrada a presente Ata, nos termos do número um, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a mesma vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Ana Carina Grilo Salgueiro, que também elaborei, mandei lavrar e subscrevi.

O Presidente da Câmara

A Secretária da Reunião de Câmara

(Rui Fernando Anastácio Henriques)

(Ana Carina Grilo Salgueiro)